



Número: **0000092-55.2022.2.00.0511**

Classe: **CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Regional de Justiça do Trabalho da 11ª Região**

Órgão julgador: **Corregedoria Regional de Justiça do Trabalho da 11ª Região**

Última distribuição : **18/08/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Inspeção / Correição, Inspeção/Correição Presencial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CORREGEDORIA REGIONAL DO TRT DA 11ª REGIÃO (CORRIGENTE)			
Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo/AM (CORRIGIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
2015478	27/09/2022 10:11	<a href="#">Ata da Correição Ordinária na VT de Presidente Figueiredo</a>	Ata



**ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO  
NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2022**

**Processo PJeCor: CorOrd 0000092-55.2022.2.00.0511  
Última correção: 20 de agosto de 2021**

Nos 27 dias do mês de setembro de 2022, às 07h30, a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho Márcia Nunes da Silva Bessa, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, acompanhada da Diretora da Corregedoria Regional, Nereida Martins Lacerda, e dos assistentes Cibele Marques Pontes Rabelo, Jucimara de Melo Silva e Marco Antonio Moleiro Baima Junior, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo, em conformidade com o inciso II do artigo 34 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Participaram da sessão telepresencial de leitura da presente ata correicional, realizada no encerramento dos trabalhos, o Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular, Sandro Nahmias Melo, a Diretora de Secretaria, Regina Helena Lima Barros, e os demais servidores e servidoras lotados na Vara.

Com fundamento nas observações registradas durante a semana correicional, nas informações prestadas pela Vara do Trabalho por meio de ofício encaminhado, bem como nos dados colhidos pela Secretaria da Corregedoria, com o auxílio dos setores competentes e dos sistemas E-Gestão, Hórus (Módulo Corregedoria) e GPREC, a Desembargadora Corregedora registra o seguinte:

---

**SUMÁRIO**

---

<b>I - ANÁLISE GLOBAL</b>	<b>3</b>
1. MAGISTRADOS (AS)	3
2. INFORMAÇÕES FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVAS	3
3. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO (fonte: VT de Presidente Figueiredo)	7
<b>II – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA</b>	<b>7</b>
1. ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – IGEST (fonte: E-Gestão)	7
2. ICORREG – TAXA DE CONGESTIONAMENTO (fonte: Hórus)	8
3. METAS JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (fonte: Hórus)	9
<b>III – ACERVO PROCESSUAL E ITENS DE REGISTRO EM ATA</b>	<b>10</b>





1. ACERVO PROCESSUAL (fonte: Hórus/E-Gestão)	10
2. ITENS DE REGISTRO EM ATA (fonte: VT de Presidente Figueiredo)	10
<b>IV – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E CONCILIAÇÕES</b>	<b>19</b>
1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (fonte: Hórus/E-Gestão)	19
1.1 FASE DE CONHECIMENTO	19
1.2. FASE DE LIQUIDAÇÃO	23
1.3. FASE DE EXECUÇÃO	25
2. CONCILIAÇÕES (fonte: Hórus/E-Gestão)	29
<b>V – INCIDENTES PROCESSUAIS, RECURSOS PARA O 2º GRAU E CARTAS PRECATÓRIAS</b>	<b>30</b>
1. INCIDENTES PROCESSUAIS	30
2. RECURSOS PENDENTES DE REMESSA PARA O TRT (fonte: Hórus/E-Gestão)	30
3. CARTAS PRECATÓRIAS (fonte: Hórus/E-Gestão)	31
<b>VI – EXAME DOS PROCESSOS NO SISTEMA PJe</b>	<b>32</b>
1. PROCESSOS ANALISADOS	32
2. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS	33
3. SANEAMENTO	33
4. ORIENTAÇÕES GERAIS	34
<b>VII – ARRECADAÇÃO E VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES</b>	<b>35</b>
1. ARRECADAÇÃO (fonte: Hórus/E-Gestão)	35
2. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES (fonte: E-Gestão)	35
<b>VIII – REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR: ESTADUAL, MUNICIPAL E CORREIOS</b>	<b>35</b>
1. ANÁLISE DOS PROCESSOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA GPPEC E DA ESTATÍSTICA DO E-GESTÃO	35
2. PRINCIPAIS IRREGULARIDADES REGISTRADAS NA ATA DA CORREIÇÃO DE 2021	36
3. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS	37
4. SANEAMENTO	37
<b>IX – PRECATÓRIO E REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR DA UNIÃO</b>	<b>37</b>
1. ANÁLISE DOS PROCESSOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA GPPEC	37
2. CONCLUSÃO DOS CAPÍTULOS VIII E IX	37
<b>X – MANDADOS JUDICIAIS, OUVIDORIA E REGISTROS NA CORREGEDORIA</b>	<b>38</b>
1. MANDADOS JUDICIAIS (fonte: PJe)	38
2. MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NA OUVIDORIA (fonte: Seção de Ouvidoria)	38
3. REGISTROS NA CORREGEDORIA – RECLAMAÇÃO CORREICIONAL E/OU PEDIDO DE PROVIDÊNCIA AUTUADOS/EM ANDAMENTO (fonte: Assessoria da Corregedoria)	39
<b>XI – BOAS PRÁTICAS E REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO</b>	<b>39</b>



1. BOAS PRÁTICAS (fonte: VT de Presidente Figueiredo)	39
2. REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO (fonte: VT de Presidente Figueiredo)	40
<b>XII – PÓS-CORREIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA</b>	<b>41</b>
<b>XIII – RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA REGIONAL PUBLICADAS EM 2022</b>	<b>41</b>
<b>XIV – RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES LANÇADAS EM ATA</b>	<b>42</b>
1. RECOMENDAÇÕES À VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO	42
2. DETERMINAÇÕES À VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO	43
3. DETERMINAÇÕES À SECRETARIA DA CORREGEDORIA	43
<b>XV – AGRADECIMENTOS E ENCERRAMENTO</b>	<b>43</b>

## I - ANÁLISE GLOBAL

### 1. MAGISTRADOS (AS)

#### 1.1. JUIZ (A) TITULAR DA VARA DO TRABALHO (fonte: Sistema Hórus)

MAGISTRADO (A)	DATA DE VIGÊNCIA	
	INÍCIO	FIM
SANDRO NAHMIAS MELO	13/07/2018	-

#### 1.2. JURISDIÇÃO DA VARA (fonte: VT de Presidente Figueiredo)

Abrange os municípios de SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, BARCELOS e SANTA ISABEL DO RIO NEGRO.

### 2. INFORMAÇÕES FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVAS

#### 2.1. QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE (fonte: Sistema Hórus)

O atual quadro de servidores/estagiários e funções comissionadas da unidade judiciária, segundo o Sistema Hórus (base de dados do SIGEP), é

Servidor (a)	Cargo	Função	Efetivo exercício da função designada
ANDERSON RABELO BARROS	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz	Sim
JORGE ASSIS VALENTE	Técnico Judiciário – Adm. – Segurança	Oficial de Justiça Especializado ( <i>Ad Hoc</i> )	Sim



MARCILENE ARTIAGAS VIEIRA	Requisitada	Calculista	Sim
MARIA BERENICE CARNEIRO	Requisitada	Assistente IV de Secretaria	Sim
REGINA HELENA LIMA BARROS	Analista Judiciário – Área Judiciária	Diretora de Secretaria	Sim
ROSANA LIMA DE FIGUEIREDO	Requisitada	Assistente IV de Secretaria	Sim
LUCAS SILVA	Estagiário	-	sim

## 2.2. SERVIDORES EM REGIME DE TELETRABALHO NA UNIDADE (fonte: VT de Presidente Figueiredo)

Com base nas informações fornecidas pela Vara analisada, **não há servidor/servidora** em regime de teletrabalho, nos termos da Resolução CNJ nº 227/2016 (alterada pelas Resoluções CNJ n. 298/2019, 371 e 375/2021, e Ato TRT 11ª Região nº 85/2021/SGP.

## 2.3. CONTROLE DE PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES (fonte: VT de Presidente Figueiredo)

A VT de Presidente Figueiredo informou que realiza o controle da produtividade dos servidores em regime presencial. Ressaltou que “O controle de produtividade é realizado diariamente através dos agrupadores do sistema PJE e pelo acompanhamento individual com os servidores. Também há monitoramento via GIGS e pelos relatórios disponibilizados pelo sistema, pelo menos uma vez por semana”.

## 2.4. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO (fonte: Hórus)

### 2.4.1. CURSOS REALIZADOS (fonte: VT de Presidente Figueiredo)

CURSOS REALIZADOS EM 2021	Ano	Houve participação de servidor(a) da Vara? (Sim/Não)	Justifique (para resposta “Não” na coluna anterior)
PJe - CALC	2021	SIM	-
Jornada de Aperfeiçoamento de Servidores do TRT11 no PJe e e-Gestão	2021	SIM	-
Gestão de Varas no PJe para Diretores e Assistentes de Vara	2021	SIM	-
Sistema G-PREC - Funcionalidades			-



utilizadas pelas Varas do Trabalho (dias 23 e 24/11/2021)	2021	SIM	
Processamento das Requisições de Pagamento no Âmbito da Presidência e Juízo Auxiliar de Precatórios	2021	SIM	-
Treinamento para uso do Sistema SISCONDJ	2022	SIM	-

#### 2.4.2. HORAS DE CAPACITAÇÃO (fonte: Hórus)

As ações de formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, no âmbito deste Regional, obedecem às diretrizes traçadas na Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário (Resolução CNJ n.º 192/2014).

Conforme informações descritivas extraídas do Sistema Hórus, durante o ano de 2021 até a realização da presente correição, o magistrado, bem como os servidores e servidoras, enquanto lotados na Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo, participaram de ações de capacitação que somaram a quantidade de horas abaixo relacionadas:

Magistrado (a)	Horas/aula
SANDRO NAHMIA MELO	59 horas

Servidor (a)	Horas/aula	Regime de Trabalho
ANDERSON RABELO BARROS	08 horas	Presencial
JORGE ASSIS VALENTE	Não há registro	Presencial
MARCILENE ARTIAGAS VIEIRA	30 horas	Presencial
MARIA BERENICE CARNEIRO	64 horas	Presencial
REGINA HELENA LIMA BARROS	40 horas	Presencial
ROSANA LIMA DE FIGUEIREDO	51 horas	Presencial

**NOTA:** Esclarece-se que os dados acima foram colhidos do sistema Hórus, o qual utiliza o banco de dados da Gestão de Pessoas (SIGEP). A Escola Judicial (EJUD11), por sua vez, é o setor responsável por informar à Gestão de Pessoas as horas de capacitação de cada servidor em relação aos cursos que oferece. Assim, em caso de eventuais divergências quanto às horas de capacitação enquanto lotado (a) na unidade judiciária ora corrigida, deverá o (a) servidor (a) interessado (a) diligenciar junto aos setores competentes para as retificações/lançamentos que se fizerem necessários.



É importante registrar que o NFAS, no dia 21/3/2022, implementou a videoteca da EJUD11, cujo acesso é realizado por meio do ambiente virtual de aprendizagem - AVA do EAD da Escola Judicial (manual de acesso encaminhado por e-mail às unidades judiciárias). Por meio desta plataforma, foram disponibilizados cursos internos realizados pela Escola Judicial do TRT11 (não é fornecido certificado de horas), tornando mais acessível o conhecimento aos servidores deste Regional, dentre os quais se destacam:

CURSOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) DO EAD DA EJUD11	
Descrição	Ano de realização do curso
Audiência - com utilização do sistema AUD	2022
Gestão de Vara no PJe para Diretores	2021
PJe - CALC	2022
Processamento das Requisições de Pagamento no Âmbito da Presidência e Juízo Auxiliar de Precatórios (16ª Instância)	2021
Processamento das Requisições de Pagamento no Âmbito da Presidência e Juízo Auxiliar de Precatórios (2ª Instância)	2021
Sistema e-Gestão	2021
PJe para Secretarias de OJC	2021
PJe para Oficiais de Justiça	2021
PJe para Gabinetes	2021
Jornada de Aperfeiçoamento de Servidores do TRT11 no PJe e e-Gestão	2021
Sistema PJeCOR para Gabinetes	2022
Sistema PJeCOR para Tribunal Pleno	2022
Treinamento para uso do Sistema SISCONDJ	2022

#### RECOMENDAÇÃO:

- Recomenda-se que seja incentivada a participação dos servidores que compõem o quadro da Vara nos cursos disponibilizados por esse Regional, mormente aqueles voltados para o uso de sistemas (PJeCor, e-Carta, E-Gestão, GPREG, PJe, PJe-CALC, plataforma Zoom, Sistema AJ/JT, Sistema AUD, etc.), a fim de que sejam evitados erros recorrentes na operacionalização de tais ferramentas. Para tanto, os servidores devem ficar atentos aos seus e-mails institucionais, uma vez que este é o principal canal de divulgação desses cursos.





## 2.5. ANÁLISE E RESUMO DO TÓPICO

A partir das informações acima descritas, percebe-se que a Vara não mantém, de forma documentada (por meio de planilhas), o controle de distribuição de tarefas entre os servidores e servidoras em regime presencial, de modo a elucidar a evolução da produtividade interna. O controle é realizado da forma descrita no item 2.3.

## 3. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO (fonte: VT de Presidente Figueiredo)

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) tem por objetivo manter a máxima atenção à saúde ocupacional dos servidores da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus insere-se nas responsabilidades institucionais do Tribunal, além também de ser objeto da Meta 10 do Conselho Nacional de Justiça.

Em resposta ao formulário encaminhado por esta Corregedoria, a Vara informou que estão ***“Aguardando disponibilização de agenda para atendimento aos servidores das varas do interior. A diretora da Vara fez exames por conta própria e teve o ASO emitido”***.

### RECOMENDAÇÃO:

- Recomenda-se a participação de todos os magistrados(as) e servidores(as) no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - quando for disponibilizado em Manaus - realizado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e pelo Comitê de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores, pois, além de ter por objetivo priorizar a saúde ocupacional dos magistrados(as) e servidores(as) da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus, insere-se nas responsabilidades institucionais do Tribunal.

---

## II – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA

---

### 1. ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – IGEST (fonte: E-Gestão)

O Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do País.

Ele representa um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores: acervo, celeridade, produtividade, taxa de congestionamento e força de trabalho.

Os mesoindicadores foram adotados de acordo com os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho entre 2021-2026.





De acordo com o último relatório do IGEST, obtido no e-Gestão, referente ao período de 1º/07/21 até 30/06/22, a Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo apresentou o seguinte desempenho no quadro de colocação geral das varas: **115º** lugar nacional de um total de 1.570 varas do Brasil, e **5º** lugar em relação às 32 varas do TRT11.

## 2. ICORREG – TAXA DE CONGESTIONAMENTO (fonte: Hórus)

O ICorreg - Taxa de Congestionamento corresponde a um número representativo do nível de congestionamento da unidade judiciária correicionada, calculado a partir da quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e da quantidade de processos baixados nos últimos doze meses.

A taxa de congestionamento segue a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de congestionamento} = (0,5 * I09) + (0,5 * I10)$$

Onde o “I09” representa a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, e o “I10” representa a taxa de congestionamento na execução. Essas taxas, por sua vez, são calculadas a partir das seguintes variáveis:

Código	Nome da Variável	Forma de Apuração	Tipo de Cálculo
V02	Pendentes de Baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	Saldo Atual
04	Pendentes de Baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	Saldo Atual
V13	Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	Cumulativo
V14	Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	Cumulativo

O valor final de “I09” e “I10” (no sistema Hórus, corresponde à variável “I09” Parametrizado e “I10” Parametrizado, respectivamente), é calculado a partir da taxa absoluta de cada Vara do Trabalho, segundo a fórmula:

$$I09\_Value = V02 / (V13 + V02)$$

$$I10\_Value = V04 / (V14 + V14)$$

Os valores parametrizados, por sua vez, têm a seguinte fórmula:

I09 Parametrizado	Valor
Se I09_Value > I09 Limite Superior	1
Se I09 = outros valores	(I09_Value – Limite Inferior) / (Limite Superior – Limite Inferior)
Se I09_Value < I09 Limite Inferior	0





• I10 Parametrizado	Valor
Se I10_Value > I10 Limite Superior	1
Se I10 = outros valores me	(I10_Value – Limite Inferior) / (Limite Superior – Limite Inferior)
Se I10_Value < I10 Limite Inferior	0

Já para o cálculo dos Limites Superiores e Inferiores de “I09” e “I10”, é realizado o cálculo do 1º e do 3º quartil do conjunto de valores de todas as Varas do Trabalho do TRT-11, conforme a fórmula a seguir:

**Limite Inferior=1º Quartil-1,5\*(3º Quartil-1º Quartil)**

**Limite Superior=3º Quartil+1,5\*(3º Quartil-1º Quartil)**

Considerando esses parâmetros, o Sistema Hórus informa que a **taxa de congestionamento** da Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo, no período de janeiro a agosto/2022, é de **37,91%**.

### 3. METAS JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (fonte: Hórus)

ANO 2021		
META	DESCRIÇÃO	CUMPRIMENTO (%)
1	<b>Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.</b>	147,18%
2	<b>Julgar processos mais antigos</b> - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019.	83,92%
3	<b>Estimular a conciliação</b> - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual.	112,12%
5	<b>Redução da taxa de congestionamento nas fases de conhecimento e execução</b> – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.	125,54%

Já no **período de janeiro a agosto de 2022**, os percentuais de cumprimento das metas foram:

ANO 2022		
META	DESCRIÇÃO	CUMPRIMENTO (%)
1	<b>Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.</b>	101,81%
2	<b>Julgar processos mais antigos</b> - Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020.	107,53%
3	<b>Estimular a conciliação</b> - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual.	158,99%

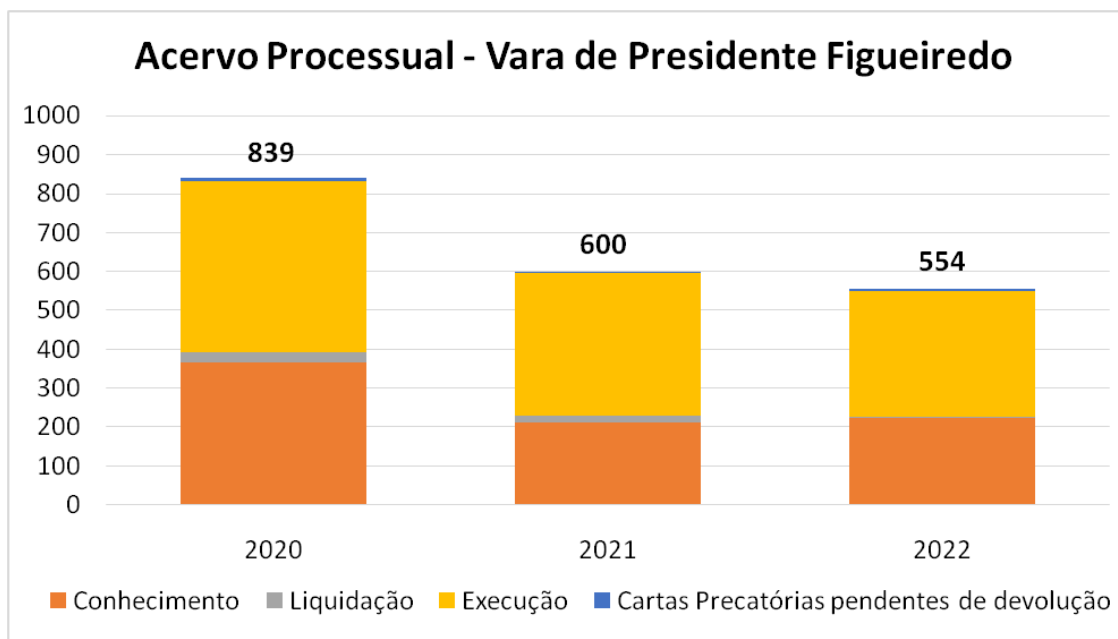


5	<b>Redução da taxa de congestionamento nas fases de conhecimento e execução</b> – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020.	176,66%
---	--	---------

### III – ACERVO PROCESSUAL E ITENS DE REGISTRO EM ATA

#### 1. ACERVO PROCESSUAL (fonte: Hórus/E-Gestão)

PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	2020	2021	2022
FASE PROCESSUAL	saldo em 31/12/20	saldo em 31/12/21	saldo em 31/08/2022
Conhecimento	365	212	223
Liquidação	27	18	4
Execução	441	367	322
Cartas Precatórias pendentes de devolução	6	3	5
<b>TOTAL</b>	<b>839</b>	<b>600</b>	<b>554</b>



#### 2. ITENS DE REGISTRO EM ATA (fonte: VT de Presidente Figueiredo)

Em resposta ao questionário enviado à Vara analisada, foram obtidas as seguintes informações:

##### 2.1. FASES DE CONHECIMENTO E RECURSAL





I. Há **pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos** ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei". Por favor, informe pelo menos cinco números de processo que atendam à exigência.

**Resposta:** *Sim, são exemplos: 0000197-84.2020.5.11.0401, 0000200-39.2020.5.11.0401, 0000885-27.2021.5.11.0008, 0000020-52.2022.5.11.0401, 0000162-90.2021.5.11.0401*

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade atendeu a questão.

II. O Juiz Titular desempenha seus trabalhos **diariamente** nas dependências da Vara do Trabalho, comparecendo regularmente de segunda a sexta-feira?

**Resposta:** *Os juízes designados para a Vara são assíduos e atuam presencialmente e despacham diariamente no sistema PJE.*

III. São realizadas **audiências** de segunda a sexta-feira? Em caso negativo, em quais dias da semana?

**Resposta:** *Há audiências pautadas regularmente de segunda a quinta-feira. Às sextas, as audiências são eventuais, com designação de audiência de processos mais complexos, como instruções em processos de banco, ou audiências de conciliação, inclusive na fase de execução.*

IV. A unidade **digitalizou integralmente os processos** em trâmite na fase de conhecimento com identificação individual dos processos, das peças digitalizadas e a data de autuação?

**Resposta:** *Sim.*

V. A unidade observa a Resolução CSJT nº 247/2019 e Resolução Administrativa nº 298/2020 do TRT 11ª Região quanto ao **cadastro e gerenciamento de peritos**, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento dos profissionais nos casos dos processos que envolvam assistência judiciária gratuita?

**Resposta:** *SIM, em relação a perito, Exemplos: 0000064-71.2022.5.11.0401; 0000103-68.2022.5.11.0401; 0000110-60.2022.5.11.0401; 0000106-23.2022.5.11.0401. Quanto a tradutores e intérpretes, não houve essa situação na Vara.*

VI. A Vara realizou a **autoinspeção permanente** obedecendo aos requisitos previstos nos artigos 14 ao 23 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região (Ato Conjunto nº 07/2022/SCR/SGP)?

**Resposta:** *Sim - a auto inspeção foi realizada em 18-01-2022.*

#### **RECOMENDAÇÃO:**

A Vara deve realizar a autoinspeção a que alude o Provimento nº 06/2020/SGP/SCR, no prazo de **06 (SEIS) meses** após a realização desta Correição. Para tanto, deve preencher o formulário eletrônico (anexo ao Provimento) e encaminhar a esta Corregedoria pelo PjeCor nos autos do **processo Autoinspeção n. 0000103-84.2022.2.0511.**





VII. A autuação do **Conflito de Competência** pelo Tribunal é certificada pela Vara nos autos principais?

**Resposta:** *Sim.*

VIII. Houve tramitação de **processos físicos** na Vara nos últimos 12 (doze) meses? Em caso positivo, informe o número do (s) processo (s) e preencha a tabela abaixo:

**Resposta:** *Sim.*

Processo	Ano	Volumes	Anexos	Fase	Justificativa da Tramitação
0000237-13.2013.5.11.0401	2013	02	02	Arquivado	Projeto Garimpo
0006500-37.2008.5.11.0401	2008	02	02	Arquivado	Projeto Garimpo
0000700-96.2006.5.11.0401	2006	02	02	Arquivado	Projeto Garimpo
0019400-23.2006.5.11.0401	2006	03	02	Arquivado	Projeto Garimpo
0010200-55.2007.5.11.0401	2007	02	01	Arquivado	Projeto Garimpo
0000002-46.2013.5.11.0401	2013	03	0	Arquivado	Projeto Garimpo

IX. Quando da juntada de **decisões oriundas de instâncias superiores** nos processos físicos digitalizados, a unidade dá o devido impulso processual? Informe, por amostragem, o número dos processos que demonstrem o cumprimento de tal medida.

**Resposta:** *Sim, a Vara dá o devido impulso processual, entretanto, no período da última correição, setembro/2021, , até o presente momento não houve nenhum processo físico baixado para andamento.*

X. Há **processos conclusos** há mais de 60 (sessenta) dias, aguardando prolação de sentença? Em caso positivo, relacione-os.

**Resposta:** *Não.*

XI. Há **processos com instrução encerrada**, aguardando a prolação de sentença, com mais de 30 dias? Em caso positivo, relacione-os.

**Resposta:** *Não.*

XII. Está sendo executado pela Vara o **Plano de Ação** informado a essa Corregedoria acerca dos processos fora das pautas de audiências (Ofício-Circular n.º 03/2021/SCR)? Informe, de forma breve, as medidas adotadas pela unidade para o cumprimento desse plano.

**Resposta:** *Todos os processos aptos a julgamento estão pautados aguardando audiência. O plano de ação de anos anteriores foi integralmente cumprido com a prolação de sentença ou inclusão do processo em pauta de audiências*



**XIII.** Informe a quantidade de processos na **pauta presencial e na telepresencial**, preenchendo a tabela abaixo:

Mês-2022	Pautal Presencial	Pauta Telepresencial
<b>Setembro</b>	<b>16</b>	<b>20</b>
<b>Outubro</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Novembro</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

**RECOMENDAÇÃO:**

- Recomenda-se que os processos com *jus postulandi*, incluídos no Juízo 100% Digital sem requerimento expresso da parte, sejam incluídos em pauta presencial para saneamento, se for o caso, conforme Recomendação nº 03/2022/SCR, de 27 de Junho de 2022;

**XIV.** Informe 05 (cinco) números de processos com **audiência presencial designada** e 05 (cinco) números de processos com **audiência presencial realizada**, preenchendo a tabela abaixo:

Audiência presencial	Nº dos processos (05 de cada)
Designada	0000162-56.2022.5.11.0401; 0000163-41.2022.5.11.0401; 0000164-26.2022.5.11.0401; 0000183-32.2022.5.11.0401; 0000158-19.2022.5.11.0401
Realizada	0000052-57.2022.5.11.0401; 0000026-59.2022.5.11.0401; 0000109-75.2022.5.11.0401; 0000116-67.2022.5.11.0401; 0000140-95.2022.5.11.0401

**XV.** Considerando a implantação do **“Juízo 100% Digital”**, por meio da Resolução CNJ nº 345/2020, e instituído neste Regional pela Resolução Administrativa nº 065/2021, a Vara tem ciência de que, na triagem ou no curso do processo, caso verifiquem que o feito tramitará nesta modalidade, que deve ser efetuada a marcação desta característica nos autos eletrônicos?

**Resposta:** A vara tem ciência e, quando o advogado que ajuizou a reclamatória escrita não efetua a marcação, a Secretaria da Vara efetua.

**XVI.** A escala do **Balcão Virtual**, cuja implantação neste Regional deu-se por meio do Ato Conjunto nº 9/2021/SGP/SCR, está sendo rigorosamente cumprida pela Vara?

**Resposta:** Sim.

**XVII.** A Vara encaminha à Secretaria da Corregedoria Regional (SCR), mensalmente, o Formulário padronizado denominado de **“Formulário de adiamentos Excepcionais – FAE”** informando o





adiamento da sessão de audiência que se enquadrem nos “Adiamentos Excepcionais”, conforme disposto nos artigos 130 e 132 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região (Ato Conjunto nº 07/2022/SCR/SGP)?

**Resposta:** *Sim, porém não houve adiamentos extraordinários no período.*

**RECOMENDAÇÃO:**

Recomenda-se a Vara observar o disposto nos artigos 130 e 132, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região.

**XVIII.** Da mesma forma, a Vara encaminha o “**Formulário de adiamentos Excepcionais – FAE**” informando se não houve adiamento excepcional no período de referência, conforme disposto no art. 132, § 1º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região?

**Resposta:** *Não.*

**RECOMENDAÇÃO:**

Recomenda-se a Vara observar o disposto no Art. 132, § 1º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região.

**XIX.** A Vara enfrenta algum problema com notificações pelo **e-Carta**? Em caso positivo, cite quais os problemas e o número dos processos.

**Resposta:** *SIM. Em vários municípios e áreas da sede o serviço não é efetivo porque não há entrega domiciliar, o AR é devolvido com a informação “não procurado” ou seja, as pessoas é que devem retirar a correspondência nas agências dos correios. Para suprir a deficiência as notificações são feitas por oficial de justiça ou via Edital. Processos: 0000102-25.2018.5.11.0401; 0000303-80.2019.5.11.0401; 0001068-22.2017.5.11.0401).*

**Ponderações da Corregedoria:** Considerando a informação da unidade judiciária, esta Corregedoria determina à Secretaria da Corregedoria para que oficie à Presidência para ciência dos fatos narrados pela Vara.

## 2.2. FASES DE LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO

**I.** Há a **revisão periódica** dos processos em execução que se encontrem em arquivo provisório, com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos sistemas eletrônicos de pesquisa patrimonial, valendo-se, se for o caso, da aplicação subsidiária dos artigos 772 a 777 do CPC? Por favor, informe pelo menos cinco números de processos que demonstrem tais iniciativas.

**Resposta:** *SIM, não houve movimentação no interregno da última correição.*

**RECOMENDAÇÃO:**

Recomenda-se providenciar a revisão periódica dos processos em execução que se encontrem em arquivo provisório, com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos sistemas eletrônicos de pesquisa patrimonial, como forma de evitar que o processo







fique muito tempo parado nesta fase, sem a devida diligência, o que contribui para o aumento do prazo médio da execução.

II. A unidade tem observado que, **exauridas em vão as referidas medidas coercitivas** impulsionadas pelo magistrado ou requeridas pela parte, a remessa ao arquivo provisório de autos de processo em execução será precedida de lavratura de certidão do diretor de secretaria, da qual constará o insucesso dessas medidas complementares e a inexistência de depósito judicial ou recursal, de cujo teor deverá ser intimado o exequente? (art. 255 e §§ da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região - Ato Conjunto nº 07/2022/SCR/SGP). Por favor, informe pelo menos cinco números de processos que atendam à exigência.

**Resposta:** *As informações constam no despacho que oportuniza a manifestação do reclamante. 0000838-77.2017.5.11.0401, 0000911-49.2017.5.11.0401*

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade atendeu a questão.

III. Informe quais das **ferramentas eletrônicas** de investigação patrimonial abaixo a unidade utiliza, marcando um "X":

JUCEA (x) REDESIM (x) JUCERR ( ) SISBAJUD (X) RENAJUD (X) CNIB ( ) PENHORA ONLINE ( ) SACI ( ) INFOJUD (x) SIMBA (x) SEI ( ) CENSEC ( ) SIEL (X) SERASAJUD (X) eRIDFT (x) PROTESTOJUD (X) CNE ( ) REDE-LAB ( ) SIGEMB ( ) INFOSEG-SINESP (X) CEIS-CNEP ( ) REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA ( )

IV. Há **inclusão em pauta** de processos na fase de execução? Em caso positivo, informe pelo menos cinco números de processos que foram incluídos em pauta.

**Resposta:** *SIM, são exemplos: 0000303-80.2019.5.11.0401, 0000116-38.2020.5.11.0401, 0000165-79.2020.5.11.0401, 0000010-42.2021.5.11.0401, 0000025-60.2011.5.11.0401, 0000002-12.2014.5.11.0401, 0000223-24.2016.5.11.0401, 0000638-70.2017.5.11.0401*

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade atendeu a questão.

V. Há a pronta liberação do **depósito recursal**, em favor do reclamante, independente de requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, prosseguindo a execução depois pela diferença (art. 189, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região - Ato Conjunto nº 07/2022/SCR/SGP)? Por favor, informe pelo menos cinco números de processos que demonstrem o cumprimento dessa exigência.

**Resposta:** *Com a exigência de que a execução seja promovida pela parte, a não ser que não assistida por advogado, o pedido de liberação de depósitos, quando existentes, habitualmente consta da petição de execução. 0000196-70.2018.5.11.0401.*

VI. Há processamento do **incidente de desconconsideração da personalidade jurídica nos mesmos autos** onde tramita o processo principal com citação do sócio para defesa e julgamento do





incidente antes do início dos atos constitutivos? Por favor, informe pelo menos cinco números de processos que demonstrem as iniciativas realizadas pelo juízo nesse sentido.

**Resposta:** *Sim.* 0000261-65.2018.5.11.0401; 0000021-23.2011.5.11.0401; 0000084-33.2020.5.11.0401; 0000070-93.2013.5.11.0401; 0000114-68.2020.5.11.0401.

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade atendeu a questão.

**VII.** A unidade tem observado o **art. 251 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região** (Ato Conjunto nº 07/2022/SCR/SGP) que dispõe sobre o sobrestamento por execução frustrada (art. 40 da Lei nº 6.830/80) que ocorre por até um ano, sem correr o prazo para prescrição intercorrente? Por favor, informe pelo menos cinco números de processos que atendam à exigência.

**Resposta:** *Sim.* - 0000030-04.2019.5.11.0401, 0000091-25.2020.5.11.0401, 0000118-76.2018.5.11.0401, 0000041-33.2019.5.11.0401, 0000057-89.2016.5.11.0401 e 0000082-05.2016.5.11.0401.

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade atendeu a questão, com exceção do processo 0000030-04.2019.5.11.0401 que tem o movimento “Arquivados os autos provisoriamente” quando correto seria o movimento “Suspensão o processo por execução frustrada”.

#### **RECOMENDAÇÃO:**

Considerando que no relatório e.Gestão existem movimentação e apuração estatísticas específicas para o sobrestamento dos processos por execução frustrada **RECOMENDA-SE** que seja observado que os processos na situação acima tenham o movimento “Suspensão o processo por execução frustrada”

**VIII.** O movimento processual “**arquivamento provisório**” corresponde a suspensão da execução com contagem do prazo de prescrição intercorrente, assegurada a possibilidade de desarquivamento posterior e prosseguimento da execução, conforme previsto no **artigos 246 a 249 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região** (Ato Conjunto nº 07/2022/SCR/SGP). O art. 264 da referida consolidação também dispõe que os juízes do trabalho manterão os processos em arquivo provisório até o encerramento da Recuperação Judicial ou da falência em que ela eventualmente tenha sido convolada (artigo 156 e seguintes da Lei nº 11.101/2005). A unidade tem utilizado tal movimento processual para outras situações que não as citadas acima? Em caso positivo, informe quais situações e informe, também, pelo menos cinco números de processos.

**Resposta:** *A unidade não utiliza o movimento para outras situações*

**IX.** A tarefa “**arquivamento definitivo**” corresponde à extinção da execução, nos termos do art. 924, do CPC e art. 254 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região (Ato Conjunto nº 07/2022/SCR/SGP). A unidade tem utilizado tal movimento processual para outras situações, como no caso de retorno dos autos do 2º grau? Em caso positivo, informe quais situações e informe, também, pelo menos cinco números de processos.

**Resposta:** *A unidade não utiliza o movimento para outras situações*





X. A unidade observa a Resolução Administrativa TRT11 nº 43/2016 que institui a **Seção de Hastas Públicas**, enviando processos a tal setor? Por favor, informe o número de processos que demonstrem as iniciativas realizadas pelo juízo nesse sentido.

**Resposta:** SIM, são exemplos 0000243-54.2012.5.11.0401, 0000273-55.2013.5.11.0401; 0000140-42.2015.5.11.0401 e 0000041-14.2011.5.11.0401

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade judiciária atendeu tal questão.

XI. A unidade observa o que consta na Resolução Administrativa TRT11 nº 105/2018 que trata da **reunião de execuções, sempre que houver execução de grandes devedores ou empresas em situação falimentar ou de insolvência**? Por favor, informe pelo menos cinco números de processos que demonstrem as iniciativas realizadas pelo juízo nesse sentido.

**Resposta:** 0000259-61.2019.5.11.0401, 0000471-24.2015.5.11.040, 0000041-14.2011.5.11.0401, 0000583-90.2015.5.11.0401, 0000073-72.2018.5.11.040

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade judiciária atendeu tal questão.

XII. A unidade inclui processos na fase de execução em eventos de conciliação? (Semana Nacional da Execução Trabalhista, Dia Regional da Conciliação dentre outros? Quais eventos?

**Resposta:** Sim. Incluiu-se na Maratona Regional da Conciliação, no Dia Regional da Conciliação e na Semana Nacional da Execução Trabalhista.

XIII. A unidade está cumprindo o disposto nos artigos 137 a 153 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região (Ato Conjunto nº 07/2022/SCR/SGP) no tocante ao **pagamento dos honorários periciais**?

**Resposta:** SIM. Exemplos - 0000142-36.2020.5.11.0401; 0000369-07.2012.5.11.0401; 0000002-31.2022.5.11.0401.

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade judiciária atendeu tal questão.

XIV. A unidade verifica, quando do arquivamento definitivo dos autos eletrônicos, a inexistência de **contas judiciais com valores disponíveis** vinculadas ao processo (Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019 e Ato Conjunto nº 02/2020/SGP.SCR)? Por favor, informe pelo menos cinco números de processos que atendam à exigência.

**Resposta:** SIM – exemplos - 0000452-52.2014.5.11.0401, 0000780-74.2017.5.11.0401, 0000831-90.2014.5.11.0401, 0000022-90.2020.5.11.0401, 0000301-52.2015.5.11.0401, 0001070-89.2017.5.11.0401, 0000607-55.2014.5.11.0401, 0000118-81.2015.5.11.0401, 0000002-12.2014.5.11.0401, 0000450-77.2017.5.11.0401.

**Ponderações da Corregedoria:** A análise deste será feita no item 1.3.4., do tópico “1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL”.



**XV.** A unidade **emite a certidão** a que alude a Recomendação nº 04/2021/SCR antes do arquivamento definitivo dos autos, quando verificada a **inexistência de saldo em conta judicial**? Por favor, informe pelo menos cinco números de processos que atendam à exigência.

**Resposta:** *SIM – exemplos - 0000452-52.2014.5.11.0401, 0000780-74.2017.5.11.0401, 0000831-90.2014.5.11.0401, 0000022-90.2020.5.11.0401, 0000301-52.2015.5.11.0401, 0001070-89.2017.5.11.0401, 0000607-55.2014.5.11.0401, 0000118-81.2015.5.11.0401, 0000002-12.2014.5.11.0401, 0000450-77.2017.5.11.0401.*

**Ponderações da Corregedoria:** A análise deste será feita no item 1.3.4., do tópico “1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL”.

**XVI.** A unidade adota os formulários-modelo enviados por meio do Ofício nº. 02/2021/SCR, quando do encaminhamento da matéria do **Projeto Garimpo** à Corregedoria Regional (relatório inicial - projeto garimpo; e relatório final - projeto garimpo)?

**Resposta:** *Sim*

**Ponderações da Corregedoria:** Em consulta ao “Demonstrativo do Sistema de Depósito Judicial”, verifica-se que a unidade judiciária vem cumprindo as fases do Projeto Garimpo (extração de dados em 23/09/2022).

**XVII.** A Vara está observando o disposto no art. 22, § 6º, da Resolução nº 185/2017 (Redação dada pela Resolução CSJT n. 284, de 26 de fevereiro de 2021), o qual determina que os cálculos de liquidação de sentença iniciada a partir de 1º de fevereiro de 2021, apresentados por usuários internos e peritos designados pelo juiz, deverão ser juntados obrigatoriamente em PDF e com o arquivo “pj” exportado pelo **PJe-Calc**? Informe, por amostragem, o número dos processos que demonstrem o cumprimento de tal medida.

**Resposta:** *Sim – exemplos - 0000232-78.2019.5.11.0401; 0000036.06.2022.5.11.0401; 0000147-58.2020.5.11.0401; 0000285-98.2015.5.11.0401; 0000196-70.2018.5.11.0401; 0000102-83.2022.5.11.0401 e 0000256-09.2019.5.11.0401.*

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade atendeu a questão.

**XVIII.** A unidade tem observado o disposto no **Ato da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, nº 01, de 21/01/2022**, com relação aos seguintes itens:

**a)** A Vara inclui no BNDT o devedor que não paga o débito ou descumpre a obrigação de fazer (art. 2º)?

**Resposta:** *Sim.*

**b)** Nas execuções promovidas contra dois ou mais devedores a inserção no BNDT ocorre de forma individualizada (art. 4º)?

**Resposta:** *Sim.*



c) A inclusão, a alteração e a exclusão de dados no BNDT são precedidas de determinação Judicial (art. 5º)?

**Resposta:** *Sim.*

d) Uma vez incluído o devedor no cadastro do BNDT, a sua exclusão fica condicionada ao pagamento da dívida ou satisfação da obrigação (art. 6º)?

**Resposta:** *Sim.*

e) A vara observa que o processo não pode ser arquivado em definitivo enquanto ativa a inscrição de devedor no BNDT (art. 7º)?

**Resposta:** *Sim.*

**XIX.** Com relação à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT 11ª Região, a unidade tem observado o art. 266, que dispõe que após consulta frustrada ao sistema SISBAJUD, no caso de execução por quantia certa, o responsável procederá à inclusão da empresa devedora no **Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT**, nos termos do art. 883-A da CLT? Por favor, informe pelo menos 03 números de processos que demonstrem o cumprimento das obrigações acima relacionadas.

**Resposta:** *Sim.* 0000293-36.2019.5.11.0401; 0000818-86.2017.5.11.0401; 0000073-72.2018.5.11.0401

**Ponderações da Corregedoria:** A unidade atendeu a questão.

## IV – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E CONCILIAÇÕES

### 1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (fonte: Hórus/E-Gestão)

#### 1.1 FASE DE CONHECIMENTO

##### 1.1.1 Movimentação Processual:

FASE DE CONHECIMENTO	2020	2021	2022
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	saldo em 31/12/20	saldo em 31/12/21	saldo em 31/08/22
Casos novos*	149	142	169
Processos recebidos**	0	0	0
Processos solucionados***	100	253	169
Pendentes de solução****	165	59	59

\*Processos recebidos por distribuição e por redistribuição

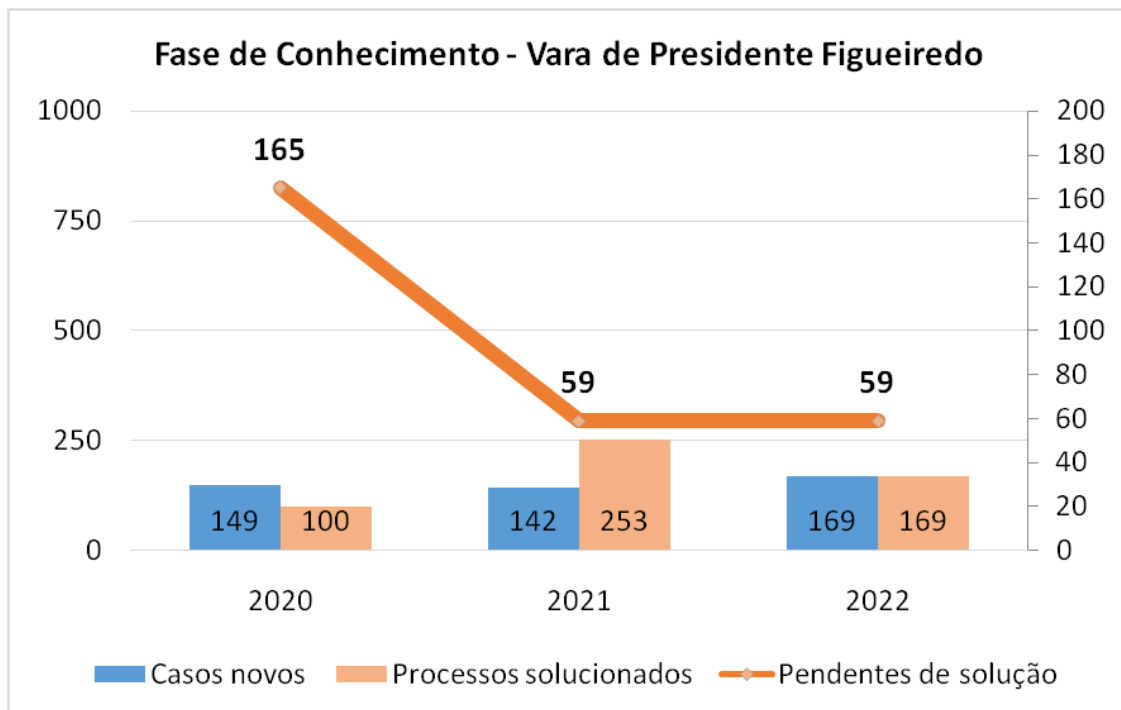
\*\*Processos recebidos com sentença reformada pela instância superior + processos com sentença reformada pelo próprio juízo + processos recebidos com sentença anulada pela instância superior + processos com sentença revogada pelo próprio juízo + processos com conversão de classe

\*\*\*Processos solucionados com e sem exame de mérito





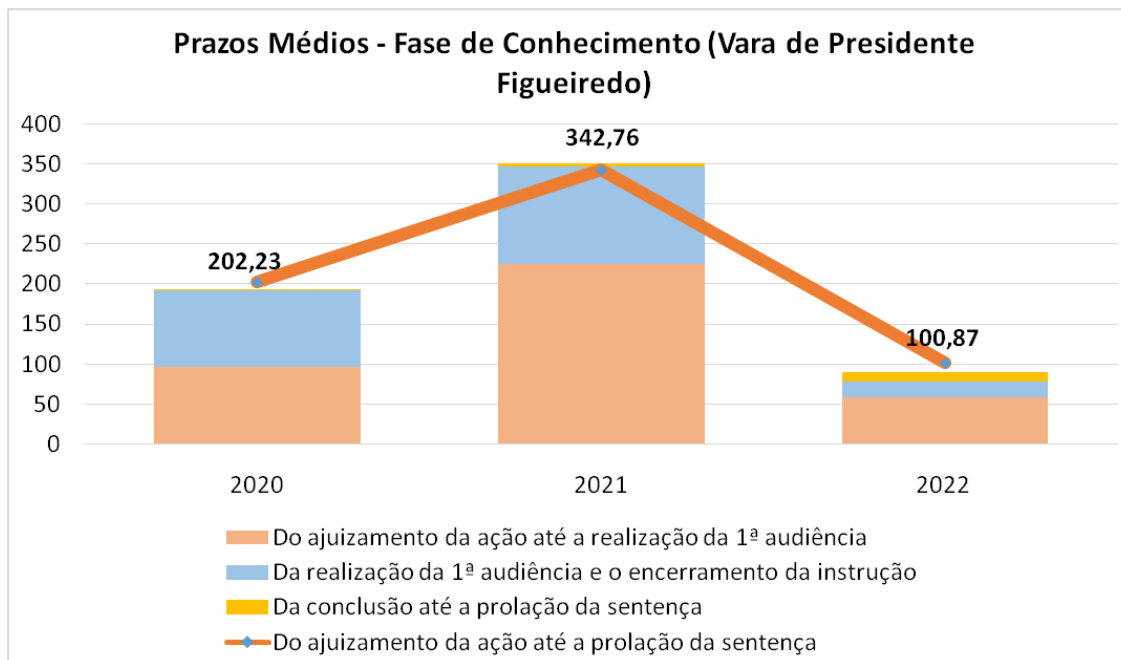
\*\*\*\*Processos aguardando a 1ª Sessão de Audiência ou procedimento diverso + processos aguardando o encerramento da instrução + convertidos em diligência + com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença no prazo + com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença com prazo vencido



#### 1.1.2. Prazos Médios:

PRAZOS MÉDIOS	2020 (dias)	2021 (dias)	2022 (até 31/08)
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença	202,23	342,76	100,87
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	96,58	225,28	57,55
Da realização da 1ª audiência e o encerramento da instrução	95,18	121,29	20,64
Da conclusão até a prolação da sentença	1,31	5,02	11,82





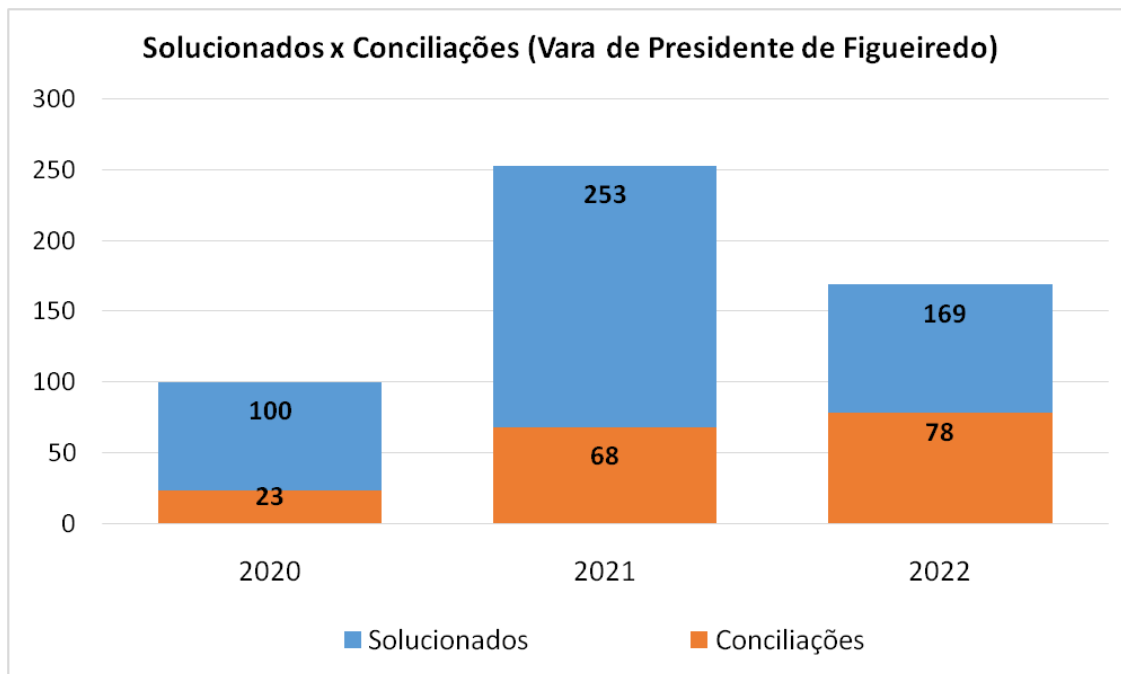
Dos dados colhidos, observa-se que os prazos médios da fase de conhecimento apresentam tendência de redução em 2022.

#### 1.1.3. Processos Solucionados:

Com exame do mérito	2020	2021	2022 (até 31/08)
Conciliações	23	68	78
Julgados procedente	10	9	10
Julgados procedente em parte	39	69	33
Julgados improcedente	4	7	17
Extintos com resolução de mérito	1	5	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>158</b>	<b>138</b>

Sem exame do mérito	2020	2021	2022 (até 31/08)
Extintos sem resolução de mérito	10	4	8
Arquivamento	5	30	16
Desistência	8	14	7
Outras decisões sem resolução de mérito	0	47	0
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>95</b>	<b>31</b>





#### 1.1.4. Sentenças líquidas proferidas:

SENTENÇAS LÍQUIDAS POR ANO	2020	2021	2022 (até 31/08)
Sentenças líquidas na Vara analisada*	64	37	20

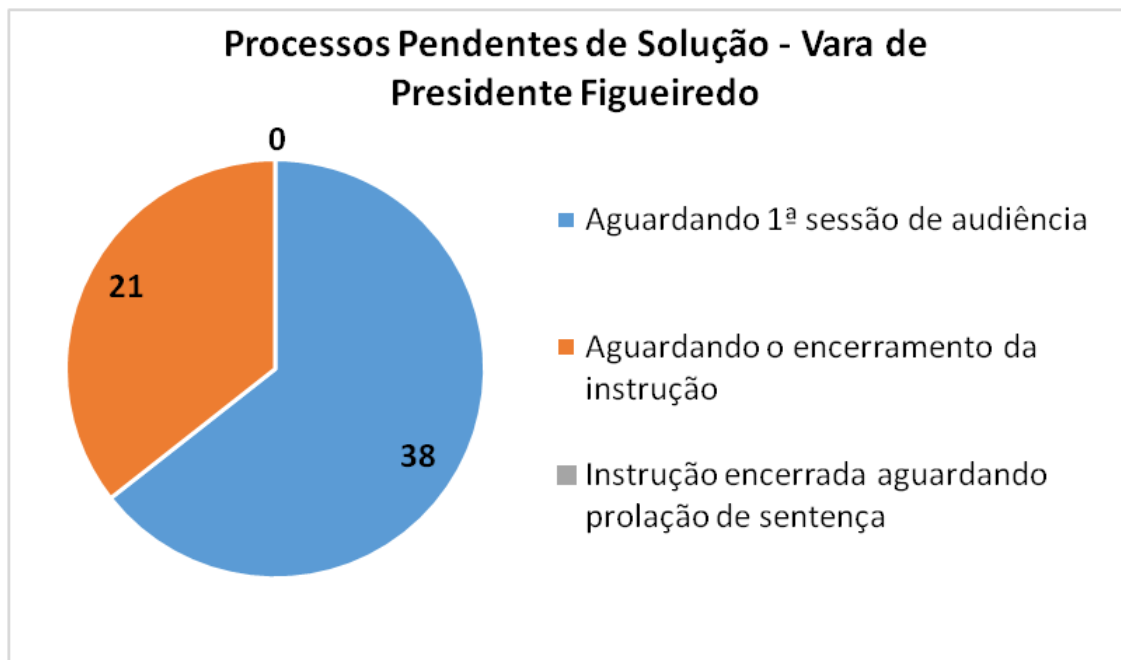
\* As sentenças líquidas proferidas encontram-se no relatório "B.09 - Destaques"

#### 1.1.5. Processos pendentes de solução (fonte: E-Gestão)

Em consulta à estatística do sistema E-Gestão referente ao mês de junho de 2022, verificou-se que na Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo nenhum processo com instrução encerrada aguardando a prolação de sentença.

Existem na unidade (até 31 de agosto/2022) 38 processos aguardando a realização da primeira audiência, e 21 processos aguardando o encerramento da instrução.





Além da quantidade de processos pendentes, o exame detalhado do relatório "**2.6. Processos pendentes de solução**", de agosto de 2022, revela a existência de **02 (dois)** processos ajuizados até junho/2021 aguardando a realização da 1ª audiência e **01 (um)** processo aguardando o encerramento da instrução processual cuja primeira audiência ocorreu até o referido mês:

Processos aguardando realização da 1ª audiência		
Classe processual	Processo	Ajuizamento
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	0000031-52.2020.5.11.0401	17/01/20
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	0000032-37.2020.5.11.0401	17/01/20
Processos aguardando encerramento da instrução processual		
Classe processual	Processo	1ª audiência
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	0000030-67.2020.5.11.0401	16/09/20

O exame dos processos acima revela que os referidos se encontram sobrestados, motivo pelo qual a pendência detectada está justificada.

## 1.2. FASE DE LIQUIDAÇÃO

### 1.2.1 Movimentação Processual:

FASE DE LIQUIDAÇÃO	2020	2021	2022
--------------------	------	------	------



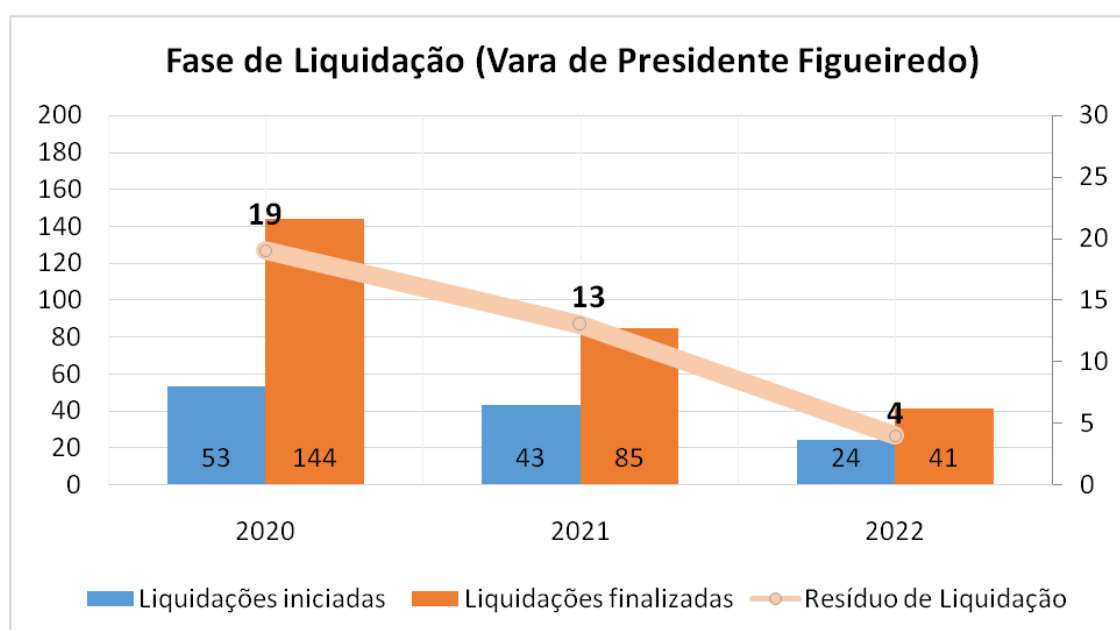


MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	saldo em 31/12/20	saldo em 31/12/21	saldo em 31/08/22
Liquidações iniciadas*	53	43	24
Liquidações finalizadas (encerradas)**	144	85	41
Liquidações de sentença pendentes***	17	11	4
Processos no Arquivo Provisório na Liquidação	2	2	0

\* Processos com liquidação iniciada + processos desarquivados para prosseguimento da liquidação

\*\* Liquidações encerradas + liquidações encerradas por acordo + processos arquivados provisoriamente

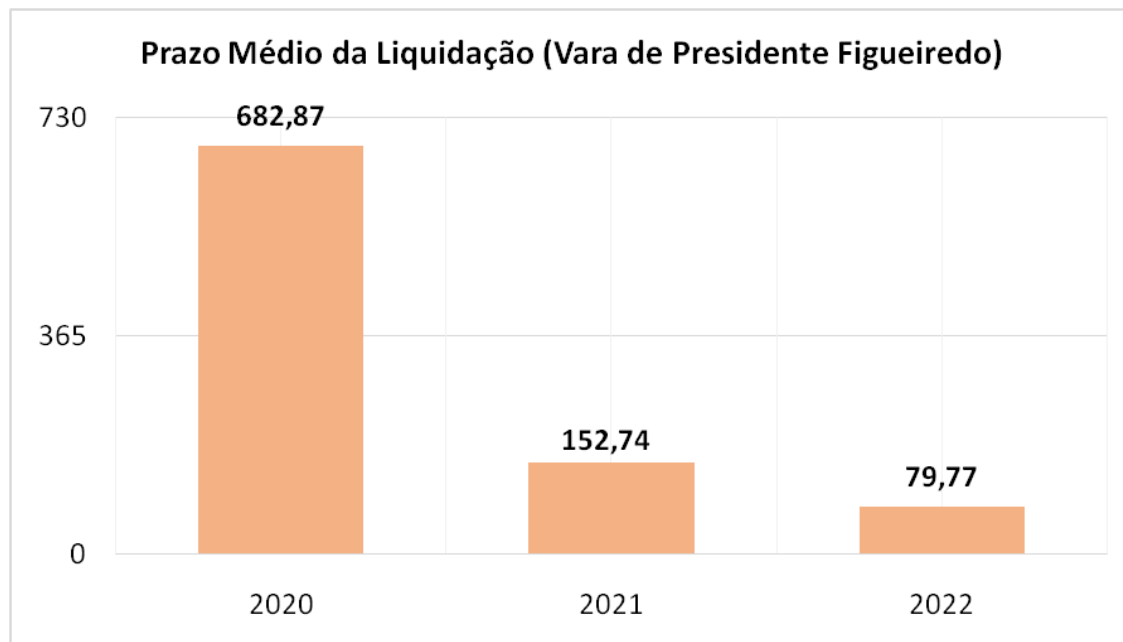
\*\*\* Processos Pendentes de Liquidação (com liquidação de sentença pendente)



#### 1.2.2. Prazo Médio:

PRAZO MÉDIO DA LIQUIDAÇÃO	2020 (dias)	2021 (dias)	2022 (até 31/08)
Do início ao encerramento da liquidação	682,87	152,74	79,77





### 1.3. FASE DE EXECUÇÃO

#### 1.3.1. Movimentação Processual:

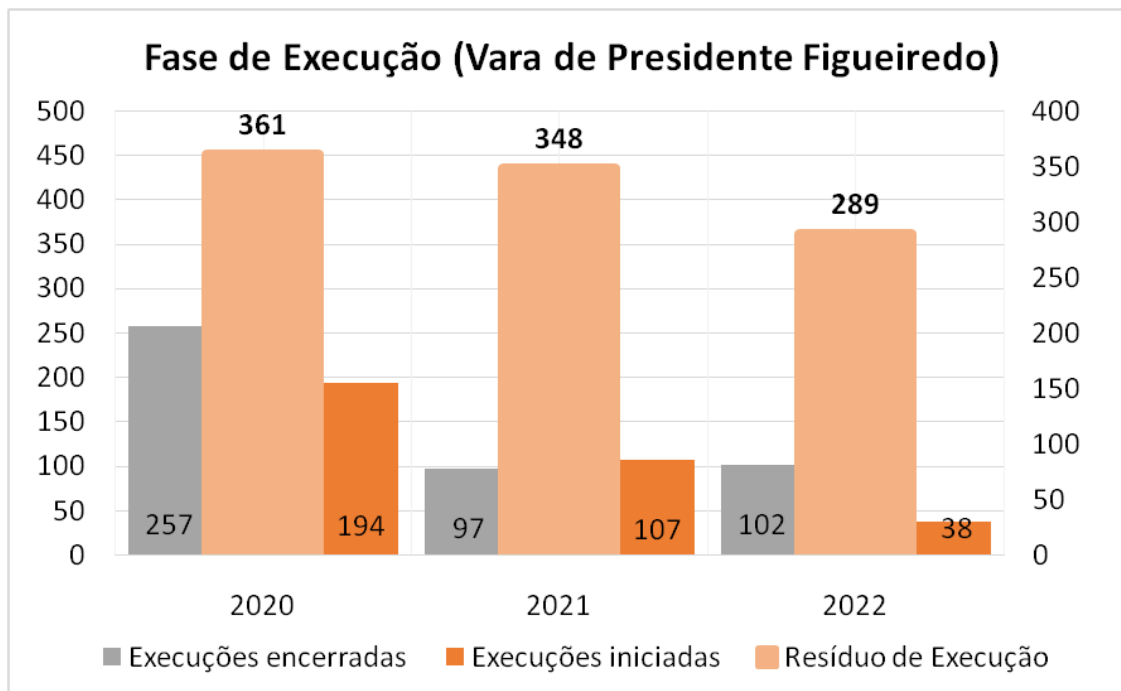
FASE DE EXECUÇÃO	2020	2021	2022
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	saldo em 31/12/20	saldo em 31/12/21	saldo em 31/08/22
Execuções iniciadas*	194	107	38
Execuções encerradas**	257	97	102
Pendentes de execução***	351	339	273
Processos no Arquivo Provisório na Execução	10	9	16

\*Processos com execução iniciada

\*\*Execuções encerradas (exceto processos arquivados provisoriamente)

\*\*\*Processos em execução + processos suspensos por execução frustrada.





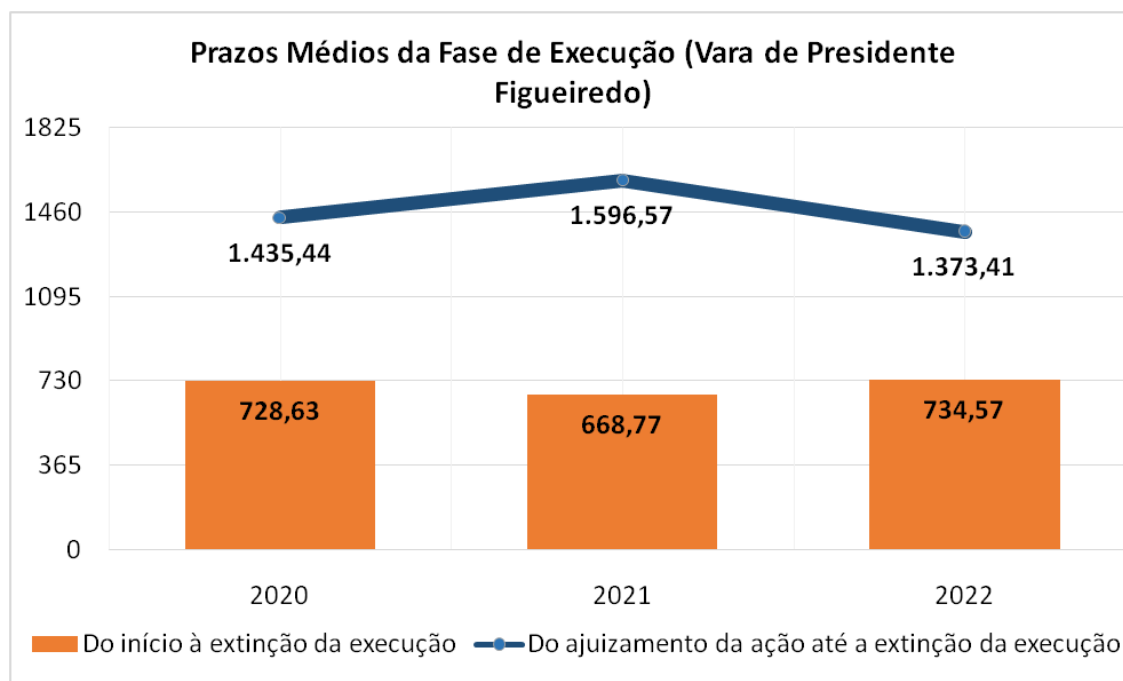
O resíduo da Vara analisada (pendentes + saldo de processos no arquivo provisório), em dezembro de 2021, foi de **348** execuções, patamar inferior em relação ao de dezembro de 2020, cujo saldo era de **361** processos.

Em agosto/2022, foi constatada nova melhora no saldo, com **289** execuções pendentes no resíduo.

#### 1.3.2. Prazos Médios:

PRAZO MÉDIO DA EXECUÇÃO	2020 (dias)	2021 (dias)	2022 (até 31/08)
Do início à extinção da execução	728,63	668,77	734,57
Do ajuizamento da ação até a extinção da execução	1.435,44	1.596,57	1.373,41





O prazo médio entre o início e a extinção da execução, que era de **728,63** dias em 2020, reduziu, em 2021, para o patamar de **668,77** dias. Em agosto de 2022, esse prazo médio apresentou piora, atingindo o patamar de **734,57** dias.

Já o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a extinção da execução, que era de **1.435,44** dias em 2020, teve aumento para o patamar de **1.596,57** dias em 2021. Em agosto de 2022, esse prazo médio apresentou significativa melhora, atingindo a marca de **1.373,41** dias (cerca de 45 meses).

#### **RECOMENDAÇÃO:**

- Envidar esforços para reduzir o prazo médio da fase de execução, utilizando as diversas ferramentas de constrição;
- Incluir, de forma esporádica, processos na fase de execução em eventos de conciliação, independente da realização deste evento pelo Tribunal, o que ajudaria a diminuir o acervo e o prazo médio.

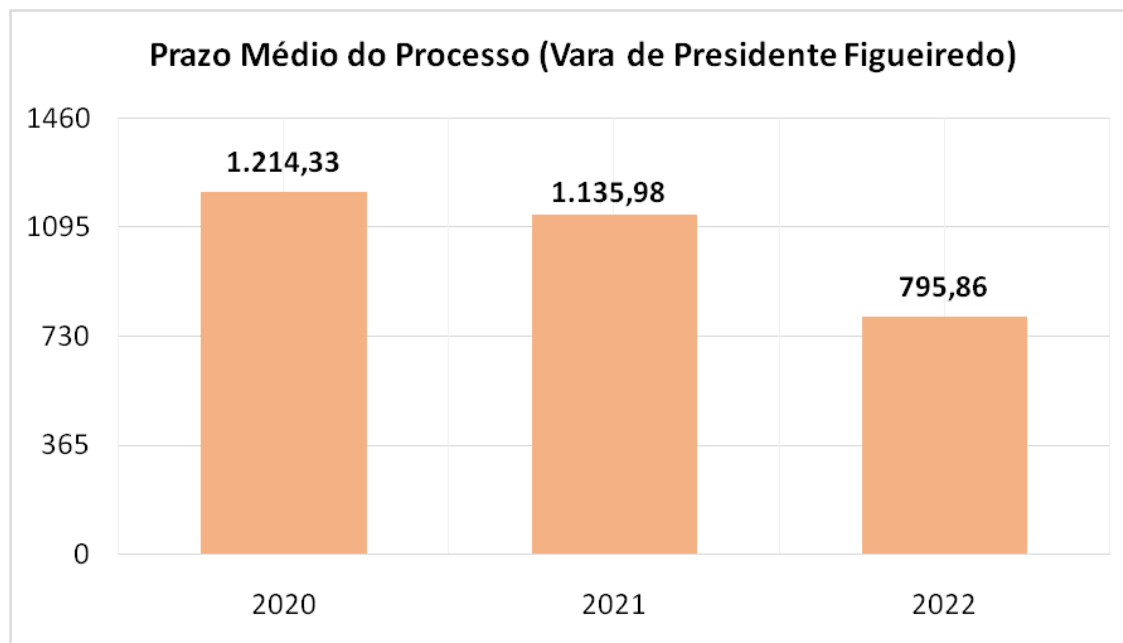
#### **1.3.3. Execuções encerradas (extintas):**

EXECUÇÕES ENCERRADAS (EXTINTAS)	2020	2021	2022 (até 31/08)
Por acordo	21	4	13
Por pagamento do crédito do exequente	87	82	82
Pela prescrição intercorrente	0	2	4
Por cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer	1	0	0
Por outras formas de extinção	216	9	3



#### 1.3.4. Prazo Médio do Ajuizamento da Ação até o Arquivamento Definitivo

PRAZO MÉDIO DO PROCESSO	2020 (dias)	2021 (dias)	2022 (até 31/08)
Do ajuizamento da ação até o arquivamento definitivo	1.214,33	1.135,98	795,86



#### 1.3.5. Processos arquivados com saldo em conta judicial após 14-02-2019 (fonte: PJe)

Em consulta ao sistema PJe e ao sistema Garimpo, verificou-se que a unidade identifica e encerra os depósitos judiciais, bem como procede à juntada dos comprovantes e expedição de certidão, antes do arquivamento, nos termos da Recomendação nº 04/2021/SCR.

Além disso, a maioria dos processos anteriormente arquivados com conta com saldo foram desarquivados e regularizados, com a devida liberação dos saldos para o legítimo destinatário.

No entanto, foram encontrados **3 (três)** processos arquivados após o dia 14/02/2019 com saldo em conta judicial na 1ª Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo:

PROCESSO	ARQUIVAMENTO	SALDO (SETEMBRO/2022)	CONTA JUDICIAL
----------	--------------	-----------------------	----------------



0000484-57.2014.5.11.0401	21/11/2019	R\$ 40,00	Banco do Brasil, agência 4576, conta 1300125194330-0
0000106-91.2020.5.11.0401	24/02/2022	R\$ 17,00	Banco do Brasil, agência 4576, conta 200118174264-0
0000147-34.2015.5.11.0401	22/03/2019	R\$ 15,77	Banco do Brasil, agência 4576, conta 2900123656080-0

Desta forma, a unidade judiciária atendeu a questão quanto aos processos arquivados após 14-02-2021 e também atendeu as questões referentes aos processos relacionados nos itens XVIII e XIX do tópico “ITENS DE REGISTROS EM ATA”.

#### RECOMENDAÇÃO:

- Deve ser adotada, como prática, o saneamento do processo no sistema PJe e o encerramento da conta vinculada, antes do seu arquivamento definitivo.

#### DETERMINAÇÃO:

- O desarquivamento dos processos arquivados pela primeira vez após 14-02-2019 com saldo, devendo a unidade judiciária proceder a todas as medidas necessárias para levantamento do saldo remanescente e posterior arquivamento, observando o Ato Conjunto 01/2019/CSJT/GP.CGJT, complementado pelo Ato Conjunto nº 02/2020/SGP/SCR, com as alterações do Ato Conjunto nº 06/2021/SGP/SCR;
- A unidade deverá emitir a certidão a que alude a Recomendação nº 04/2021/SCR antes do arquivamento definitivo dos autos, quando verificada a inexistência de saldo em conta judicial, o que pode ser constatado pela juntada do espelho de consulta da conta zerada;
- O Juiz verificará a existência e a veracidade da certidão a que alude a Recomendação nº 04/2021/SCR antes de despachar pela extinção e consequente arquivamento da execução.

## 2. CONCILIAÇÕES (fonte: Hórus/E-Gestão)

FASE DE CONHECIMENTO	2020	2021	2022 (até 31/08)
Processos conciliados (Conciliações)	23	68	78

FASE DE LIQUIDAÇÃO	2020	2021	2022 (até 31/08)
Liquidações encerradas por acordo	8	1	1

FASE DE EXECUÇÃO	2020	2021	2022 (até 31/08)
Execuções extintas por acordo*	21	4	13

\*Relatório E-Gestão: Processos com Execução Encerrada



**V – INCIDENTES PROCESSUAIS, RECURSOS PARA O 2º GRAU E CARTAS PRECATÓRIAS****1. INCIDENTES PROCESSUAIS****1.1 DADOS EXTRAÍDOS (FONTE: HÓRUS/E-GESTÃO)**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO*	Período de Ref. - agosto/2022
Opostos	0
Conclusos	1
Julgados	1
Prejudicados	0
Pendentes	0

\*Relatório E-Gestão: "Recursos"

TUTELAS PROVISÓRIAS*	Período de Ref. - agosto/2022
Recebidas	2
Apreciadas	2
Pendentes	0

\*Relatório E-Gestão: "Recursos"

INCIDENTES PROCESSUAIS NA LIQUIDAÇÃO/EXECUÇÃO*	Período de Ref. - agosto/2022
Recebidos	2
Julgados	2
Prejudicados	0
Pendentes	0

\*Relatório E-Gestão: "Recursos"

**1.2. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS (fonte: PJE-JUDICIAL)**

Não foram encontradas irregularidades nos processos examinados por amostragem.

**2. RECURSOS PENDENTES DE REMESSA PARA O TRT (fonte: Hórus/E-Gestão)**

RECURSO	2022 (até 31/08)
Recursos Ordinários	6
Agravos de Petição	3
Recursos Adesivos	0
AI Recurso Ordinário	0
AI Agravo de Petição	0



A partir da análise dos dados colhidos no sistema e-Gestão, verificam-se **9 (nove)** recursos pendentes de remessa para a segunda instância, em agosto de 2022.

#### **RECOMENDAÇÃO:**

- Deve o Juízo diligenciar para proceder à remessa de processos para exame de recursos interpostos para a instância superior com a maior brevidade possível, evitando a mora injustificada quando o processo já está apto para ser remetido ao TRT.

#### **DETERMINAÇÃO:**

- O Juízo deverá remeter ao TRT todos os processos que já estão aptos para apreciação pela instância recursal.

### **3. CARTAS PRECATÓRIAS (fonte: Hórus/E-Gestão)**

#### **3.1. PENDENTES DE DEVOLUÇÃO AO JUÍZO DEPRECANTE**

##### **3.1.1. Informadas pela Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo**

Segundo a unidade, existem **08 (oito)** cartas precatórias pendentes de devolução ao juízo deprecante. São elas: 0000152-12.2022.5.11.0401, 0000153-94.2022.5.11.0401, 0000155-64.2022.5.11.0401, 0000161-71.2022.5.11.0401, 0000187-69.2022.5.11.0401, 0000188-54.2022.5.11.0401, 0000189-39.2022.5.11.0401 e 0000190-24.2022.5.11.0401

##### **3.1.2 Extraídas da Estatística do E-Gestão**

VT de Presidente Figueiredo como juízo deprecado	2022 (até 31/08)
Recebidas*	2
Devolvidas**	2
Pendentes de devolução***	5

\*Cartas Precatórias recebidas por distribuição e redistribuição, bem como aquelas devolvidas pelo juízo deprecante para prosseguimento

\*\*Cartas Precatórias devolvidas pela Vara (cumpridas ou não cumpridas) ao juízo deprecante

\*\*\* Cartas Precatórias pendentes de devolução ao juízo deprecante

Segundo consta do relatório E-Gestão (referente a agosto/2022), há **05 (cinco)** Cartas Precatórias pendentes de devolução ao juízo deprecante. Tratam-se das seguintes: 0000152-12.2022.5.11.0401, 0000153-94.2022.5.11.0401, 0000155-64.2022.5.11.0401, 0000161-71.2022.5.11.0401 e 0000187-69.2022.5.11.0401.

##### **3.1.3. Análise no PJe Judicial**

Da análise do PJe Judicial quanto às cartas precatórias, verificou-se que já foram devolvidas as seguintes cartas precatórias: 0000152-12.2022.5.11.0401, 0000153-94.2022.5.11.0401, 0000155-64.2022.5.11.0401, 0000161-71.2022.5.11.0401.





No que concerne às cartas remanescentes (0000187-69.2022.5.11.0401, 0000188-54.2022.5.11.0401, 0000189-39.2022.5.11.0401 e 0000190-24.2022.5.11.0401), não foram identificadas irregularidades em sua tramitação.

### 3.2. PENDENTES DE DEVOLUÇÃO PELO JUÍZO DEPRECADO (fonte: VT de Presidente Figueiredo)

Segundo a unidade, estão pendentes de devolução **03 (três)** cartas precatórias pelo juízo deprecado. As referidas foram expedidas nos seguintes processos: 0000083-77.2022.5.11.0401; 0000084-62.2022.5.11.0401 e 0000471-24.2015.5.11.0401.

### 3.3. SANEAMENTO

#### DETERMINAÇÃO:

- Deverá a unidade acompanhar o cumprimento das Cartas Precatórias expedidas e pendentes de cumprimento pelo Juízo deprecado, diligenciando junto a este, quando for necessário, a fim de evitar o congestionamento processual.

## VI – EXAME DOS PROCESSOS NO SISTEMA PJe

### 1. PROCESSOS ANALISADOS

Obedecendo ao critério de aleatoriedade e consoante observação das tarefas do sistema PJe e dos relatórios gerenciais disponíveis (E-Gestão, SAO, Hórus, etc.), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

0000003-16.2022.5.11.0401,	0000182-47.2022.5.11.0401,	0000185-02.2022.5.11.0401,
0000256-09.2019.5.11.0401,	0000285-98.2015.5.11.0401,	0000031-52.2020.5.11.0401,
0000032-37.2020.5.11.0401,	0000117-52.2022.5.11.0401,	0000137-43.2022.5.11.0401,
0000138-28.2022.5.11.0401,	0000149-57.2022.5.11.0401,	0000156-49.2022.5.11.0401,
0000030-67.2020.5.11.0401,	0000007-53.2022.5.11.0401,	0000064-71.2022.5.11.0401,
0000106-23.2022.5.11.0401,	0000157-34.2022.5.11.0401,	0000145-20.2022.5.11.0401,
0000115-82.2022.5.11.0401,	0000143-50.2022.5.11.0401,	0000082-92.2022.5.11.0401,
0000121-89.2022.5.11.0401,	0000130-51.2022.5.11.0401,	0000141-80.2022.5.11.0401,
0000608-40.2014.5.11.0401,	0000818-86.2017.5.11.0401,	0000142-36.2020.5.11.0401,
0000278-09.2015.5.11.0401,	0000101-98.2022.5.11.0401,	0000361-20.2018.5.11.0401,
0000846-25.2015.5.11.0401,	0000004-16.2013.5.11.0401,	0000061-39.2010.5.11.0401,
0000074-52.2021.5.11.0401,	0000216-32.2016.5.11.0401,	0000043-66.2020.5.11.0401,
0000527-23.2016.5.11.0401,	0000222-39.2016.5.11.0401,	0000152-12.2022.5.11.0401,
0000153-94.2022.5.11.0401,	0000155-64.2022.5.11.0401,	0000161-71.2022.5.11.0401,
0000187-69.2022.5.11.0401,	0000153-36.2018.5.11.0401,	0000013-02.2018.5.11.0401,
0000041-33.2019.5.11.0401,	0000289-04.2016.5.11.0401,	0000082-05.2016.5.11.0401,
0000082-92.2022.5.11.0401,	0000084-62.2022.5.11.0401,	0000083-77.2022.5.11.0401,
0000083-77.2022.5.11.0401,	0000197-84.2020.5.11.0401,	0000200-39.2020.5.11.0401,
0000885-27.2021.5.11.0008,	0000020-52.2022.5.11.0401,	0000162-90.2021.5.11.0401,



0000838-77.2017.5.11.0401, 0000911-49.2017.5.11.0401, 0000303-80.2019.5.11.0401,  
0000116-38.2020.5.11.0401, 0000165-79.2020.5.11.0401, 0000010-42.2021.5.11.0401,  
0000025-60.2011.5.11.0401, 0000002-12.2014.5.11.0401, 0000223-24.2016.5.11.0401,  
0000638-70.2017.5.11.0401, 0000196-70.2018.5.11.0401, 0000261-65.2018.5.11.0401,  
0000021-23.2011.5.11.0401, 0000084-33.2020.5.11.0401, 0000070-93.2013.5.11.0401,  
0000114-68.2020.5.11.0401, 0000030-04.2019.5.11.0401, 0000091-25.2020.5.11.0401,  
0000118-76.2018.5.11.0401, 0000041-33.2019.5.11.0401, 0000057-89.2016.5.11.0401,  
0000082-05.2016.5.11.0401, 0000243-54.2012.5.11.0401, 0000273-55.2013.5.11.0401,  
0000140-42.2015.5.11.0401, 0000041-14.2011.5.11.0401, 0000259-61.2019.5.11.0401,  
0000471-24.2015.5.11.0401, 0000583-90.2015.5.11.0401, 0000073-72.2018.5.11.0401,  
0000142-36.2020.5.11.0401, 0000369-07.2012.5.11.0401, 0000002-31.2022.5.11.0401,  
0000452-52.2014.5.11.0401, 0000780-74.2017.5.11.0401, 0000831-90.2014.5.11.0401,  
0000022-90.2020.5.11.0401, 0000301-52.2015.5.11.0401, 0001070-89.2017.5.11.0401,  
0000607-55.2014.5.11.0401, 0000118-81.2015.5.11.0401, 0000002-12.2014.5.11.0401,  
0000450-77.2017.5.11.0401, 0000232-78.2019.5.11.0401, 0000036.06.2022.5.11.0401,  
0000147-58.2020.5.11.0401, 0000285-98.2015.5.11.0401, 0000196-70.2018.5.11.0401,  
0000102-83.2022.5.11.0401, 0000256-09.2019.5.11.0401, 0000293-36.2019.5.11.0401,  
0000818-86.2017.5.11.0401, 0000073-72.2018.5.11.0401, 0000484-57.2014.5.11.0401,  
0000106-91.2020.5.11.0401, 0000147-34.2015.5.11.0401, 0000162-56.2022.5.11.0401,  
0000163-41.2022.5.11.0401, 0000164-26.2022.5.11.0401, 0000183-32.2022.5.11.0401,  
0000158-19.2022.5.11.0401, 0000052-57.2022.5.11.0401, 0000026-59.2022.5.11.0401,  
0000109-75.2022.5.11.0401, 0000116-67.2022.5.11.0401, 0000140-95.2022.5.11.0401.

Quanto à tramitação dos processos analisados e, examinando o acervo no sistema PJe, foram identificadas algumas irregularidades, parte das quais estão resumidas no próximo tópico.

## 2. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

**a) Partes sem CPF/CNPJ:** foram identificados **07 (sete)** processos não arquivados e **17 (dezessete)** autos arquivados após 01 de janeiro de 2020 na unidade com o chip “Parte sem CPF/CNPJ”. Considerando as regras de negócio impostas pelo novo sistema DATAJUD do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a unidade deve regularizar o cadastro das partes nos processos identificados pelo chip.

## 3. SANEAMENTO

Diante do exame dos processos, por amostragem, considerando também as informações colhidas acima, ficam estabelecidas as seguintes recomendações e determinações:

### RECOMENDAÇÕES:

- a)** Priorizar a movimentação dos processos com maior tempo de distribuição ou entrada nas tarefas, como forma de minimizar o prazo médio;





- b) Evitar o adiamento desnecessário das audiências, priorizando a ocorrência de audiências unas quando a matéria do caso concreto assim o permitir;
- c) Privilegiar a ocorrência de audiências presenciais, sendo a modalidade telepresencial admitida em situações excepcionais ou a requerimento das partes;
- d) Evitar a mora na prática de atos processuais, sobretudo, na fase de execução.

#### **DETERMINAÇÕES:**

- a) O Juízo deverá regularizar a situação dos processos cujas partes estejam com pendência de CPF/CNPJ;
- b) A unidade deverá converter todas as audiências telepresenciais em presenciais, salvo as que possuírem requerimento expresso da parte para ocorrerem por videoconferência ou que tramitem regularmente pelo Juízo 100% Digital;
- c) O Juízo terá, que cumprir as seguintes determinações acerca dos processos analisados:
  - 1. 0000003-16.2022.5.11.0401 - Cumprir determinação do despacho de id 72c14a0;
  - 2. 0000149-57.2022.5.11.0401 - Expedir o alvará determinado na ata de audiência de id 7dd3d31;
  - 3. 0000064-71.2022.5.11.0401 - Intimar perito para juntada do laudo pericial, renovando o prazo comum concedido às partes para manifestação;
  - 4. 0000608-40.2014.5.11.0401 - Dar impulso processual para prosseguimento dos atos executórios;
  - 5. 0000818-86.2017.5.11.0401 - Dar impulso processual para prosseguimento dos atos executórios;
  - 6. 0000142-36.2020.5.11.0401 - Dar impulso processual para prosseguimento
  - 7. 0000361-20.2018.5.11.0401 - Dar impulso processual para prosseguimento (pagamento de honorários advocatícios e recolhimento de encargos);
  - 8. 0000846-25.2015.5.11.0401 - Dar impulso processual para prosseguimento;
  - 9. 0000061-39.2010.5.11.0401 - Verificar a entrega do ofício de id 593a381, bem como o cumprimento da determinação nele contida;
  - 10. 0000216-32.2016.5.11.0401 - Dar impulso processual para prosseguimento;
  - 11. 0000043-66.2020.5.11.0401 - Dar impulso processual para prosseguimento. Cumprir determinação do despacho de id 17ef825 (expedição de ofício ao INSS);
  - 12. 0000153-36.2018.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 11/06/2018;
  - 13. 0000013-02.2018.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 29/06/2018;
  - 14. 0000041-33.2019.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 27/10/2020;
  - 15. 0000289-04.2016.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 18/02/2021;
  - 16. 0000082-05.2016.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 26/08/2021;
  - 17. 0000082-92.2022.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 26/08/2022;
  - 18. 0000084-62.2022.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 26/08/2022;
  - 19. 0000083-77.2022.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 26/08/2022;
  - 20. 000106-91.2020.5.11.0401 - Deve a Vara desarquivar o processo, proceder às medidas necessárias para o levantamento do saldo remanescente e arquivar posteriormente.

#### **4. ORIENTAÇÕES GERAIS**



- a. Utilizar o fluxo de arquivo provisório para os casos de recuperação judicial ou falência do executado e para os casos de execução frustrada, neste último caso, desde que precedido de sobrestamento por 1 ano, conforme art. 116 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- b. Utilizar os relatórios gerenciais à disposição do Juízo (e-Gestão, Hórus, SAO, Pauta Temática, etc.) bem como as ferramentas disponíveis no sistema PJe (Escaninho, tarefas como “Prazo vencido”, etc.) para melhorar a gestão dos processos que tramitam no juízo;
- c. Realizar a conferência dos dados estatísticos da unidade no sistema e-Gestão para fins de atestar a conformidade e a fidedignidade das informações contidas, como ordena o art. 4º, caput e parágrafos, do Ato Conjunto nº 11/2021/SGP/SCR;
- d. Antes de arquivar definitivamente o processo judicial, entre outras providências, verificar a inexistência de valores disponíveis vinculados ao processo, verificar a juntada de pagamento e recolhimento de encargos previdenciários e fiscais e certificar a ausência desses valores;
- e. A Vara deverá encaminhar mensalmente o “Formulário de adiamentos Excepcionais – FAE” (formularios.scr@trt11.jus.br) contendo as informações sobre a ocorrência ou não do adiamento da sessão de audiência, ocorrida na unidade judiciária, que se enquadrem nos “Adiamentos Excepcionais”, conforme disposto nos arts. 130 e seguintes da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

## VII – ARRECADAÇÃO E VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES

### 1. ARRECADAÇÃO (fonte: Hórus/E-Gestão)

ARRECADAÇÃO NA VARA ANALISADA	2020 (R\$)	2021 (R\$)	2022 (R\$) até 31/08
Custas processuais e emolumentos	17.750,35	61.510,57	27.104,18
Recolhimentos previdenciários	567.793	1.564.262,74	154.090,14
Recolhimentos fiscais	22.628,62	297.409,91	28.809,91

### 2. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES (fonte: E-Gestão)

VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	2020 (R\$)	2021 (R\$)	2022 (R\$) até 31/08
Decorrentes de execução	4.593.571,38	6.409.242,91	1.646.229,05
Decorrentes de acordo	1.284.663,74	639.619,34	813.682,87
Decorrentes de pagamento espontâneo	4.365,31	62.567,01	73.299,67

## VIII – REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR: ESTADUAL, MUNICIPAL E CORREIOS

### 1. ANÁLISE DOS PROCESSOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA GPREC E DA ESTATÍSTICA DO E-GESTÃO

Mês de referência dos dados do e-Gestão: agosto/2022



RVPs Pendentes de Quitação com prazo vencido: 0			
Processo	Qtd. RVPs	Lançado o pagamento no GPREC? (Sim/Não)	Justifique (para resposta "Não" em qualquer coluna anterior)
Não havia registro	-	-	-

RVPs Pendentes de Quitação no prazo: 0			
Processo	Qtd. RVP	Já foi informado o prazo de pagamento da RVP no GPREC?	Justifique (para resposta "Não" na coluna anterior)
Não havia registro	-	-	-

RVPs Pendentes de Quitação no prazo: 0				
Processo	Qtd RVP	O pgt. já foi realizado pelo ente devedor?	Se houve o pagamento, este foi lançado no GPREC? (Sim/Não)	Justifique (para resposta "Não" em alguma das duas colunas anteriores)
Não havia registro	-	-	-	-

RP com situação "Parcialmente Paga"			
RP	Processo	A Vara corrigiu o erro? (Sim/Não)	Justifique (para resposta "Não" na coluna anterior)
Não havia registro	-	-	-

Aba "Em Cadastro" do GPREC (pré-cadastros de RPs pendentes - mais antigos)			
Processo	Qtd	Data da criação	Informe o motivo de o pré-cadastro não ter sido autuado ou excluído. Se já foi autuado ou excluído, informe o dia em que foi realizado o procedimento.
Não havia registro pendente	-	-	-

## 2. PRINCIPAIS IRREGULARIDADES REGISTRADAS NA ATA DA CORREIÇÃO DE 2021

DESCRIÇÃO	A irregularidade foi corrigida? Sim/Não)	Justifique (para resposta "Não" na coluna anterior)
Não houve registro de irregularidade	-	-



### 3. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS

Não foram encontradas irregularidades nos processos examinados por amostragem.

### 4. SANEAMENTO

Item prejudicado.

## IX – PRECATÓRIO E REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR DA UNIÃO

### 1. ANÁLISE DOS PROCESSOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA GPPEC

Aba “Em Cadastro” do GPPEC (pré-cadastros de RPs pendentes - mais antigos)			
Processo	Quant.	Data da criação	Informe o motivo de o pré-cadastro não ter sido encaminhado para validação ou excluído. Se já foi encaminhado ou excluído, informe o dia em que foi realizado o procedimento.
Não havia registro	-	-	-

Aba “Em Diligência” do GPPEC (precatórios pendentes com diligências - mais antigos)			
Processo	Data da solicitação da diligência	Já foi providenciado o cumprimento da(s) diligência(s) solicitada(s)? (Sim/Não)	Informe a razão da demora do envio da RP à Seção de Precatórios e a data de cumprimento da diligência (se já foi cumprida)
Não havia registro	-	-	-

Abas “Aguardando Pagamento” e “Registrando Pagamento” (Acesso: Requisição de Pagamento → Registro de Pagamento → Registrar)			
Processo	RP	Já foi registrado o pagamento no GPPEC?	Justifique (para resposta “Não” em qualquer uma das colunas anteriores)
Não havia registro	-	-	-

### 2. CONCLUSÃO DOS CAPÍTULOS VIII E IX

O GPPEC foi um sistema eletrônico desenvolvido para gerenciar a tramitação e controle de pagamento dos Precatórios e das RPVs. Desde 2018, ele integra o rol dos sistemas satélites do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, sendo implantado neste Regional em novembro de 2020, por meio do Ato Conjunto nº 11/2020/SCR/SGP.





Foram inúmeras as vantagens percebidas com a utilização do GPrec: maior segurança, transparência e credibilidade na gestão dos precatórios e RPVs; aumento da integração com as Varas do Trabalho, garantindo celeridade e acesso às partes para acompanhamento de precatórios; atualização em tempo real das listas de ordem cronológica e preferencial no portal do TRT11; encaminhamento via sistema da ordem de pagamento de Precatório ou RPV para que as Varas do Trabalho expeçam os alvarás; registro de valores pagos de maneira discriminada, parcela por parcela, e com valores corrigidos; anexação de documentação comprobatória dos pagamentos efetuados; conferência de pagamentos efetuados pelo setor de Precatório do Regional; geração e envio automática de Certidão de Quitação para Vara, por meio de juntada nos autos eletrônicos; controle dos juros bancários e etc.

Esta Corregedoria reconhece que a questão relativa à gestão da tramitação e controle de pagamento dos Precatórios e das RPVs no GPREC é cheia de nuances, no entanto, para que possamos garantir efetivamente o funcionamento correto do TRT11 nessa matéria, é preciso que 1º e 2º graus trabalhem em conjunto, somando experiências e práticas, e compartilhando soluções para o melhor proveito das inovações trazidas pelo sistema GPREC.

Da análise realizada por esta Corregedoria, verificou-se que a VT de Presidente Figueiredo é diligente quanto à boa aplicação das normas e manuais relacionados ao sistema GPREC, garantindo, assim, maior celeridade às RPVs e precatórios expedidos neste Regional.

## **X – MANDADOS JUDICIAIS, OUVIDORIA E REGISTROS NA CORREGEDORIA**

### **1. MANDADOS JUDICIAIS (fonte: PJe)**

A Corregedoria, no exame dos itens na tarefa “ESCANINHO - DOCUMENTOS INTERNOS - MANDADOS PENDENTES”, constatou que há **11 (ONZE)** processos.

Processo por amostragem: 0000041-33.2019.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 27/10/2020; 0000289-04.2016.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 18/02/2021; 0000082-05.2016.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 26/08/2021; 0000082-92.2022.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 26/08/2022; 0000084-62.2022.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 26/08/2022; 0000083-77.2022.5.11.0401 - Regularizar mandado pendente desde 26/08/2022;

#### **RECOMENDAÇÃO:**

- No caso de demora no cumprimento dos mandados expedidos, deve sempre a unidade judiciária oficiar ao setor de Mandados Judiciais solicitando informações que justifiquem essa demora. Deve ainda a unidade judiciária dar andamento ao processo tão logo receba a certidão do oficial de justiça.

### **2. MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NA OUVIDORIA (fonte: Seção de Ouvidoria)**





De acordo com as informações colhidas da Seção de Ouvidoria, no período de agosto/2021 até 31/08/2022, **não foram registradas manifestações** em relação à Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo.

#### RECOMENDAÇÃO:

- Observar o disposto na **Recomendação nº 13/2021/SCR**, a qual recomenda, aos magistrados, no âmbito do primeiro grau do TRT11, que utilizem o Sistema PROAD-OUV – Sistema de Processo Administrativo Virtual e Ouvidoria da Justiça do Trabalho, no processamento de informações relacionadas à Ouvidoria.

### 3. REGISTROS NA CORREGEDORIA – RECLAMAÇÃO CORREICIONAL E/OU PEDIDO DE PROVIDÊNCIA AUTUADOS/EM ANDAMENTO (fonte: Assessoria da Corregedoria)

Conforme informações prestadas pela Assessoria da Corregedoria nos autos do PJeCor (ID. 2011614), **foi ajuizado apenas 01 (um) Pedido de Providências** contra a Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo, e **nenhuma Reclamação Correicional**, no período de 2021 até 26/09/2022, conforme os dados a seguir listados:

Nº processo	Classe	Vara/Juiz/Servidor	Autuação	Arquivamento	Observações
0000071-16.2021.2.00.0511	Pedido de providências	VT Presidente Figueiredo e outros	27/08/21	06/04/22	Processos antigos aguardando a realização da primeira audiência. Finalizado após a regularização na tramitação.

## XI – BOAS PRÁTICAS E REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO

### 1. BOAS PRÁTICAS (fonte: VT de Presidente Figueiredo)

O que são **boas práticas**?

São projetos que geram mudanças relevantes em rotinas antigas e procedimentos tradicionais e, consequentemente, proporcionam maior qualidade dos serviços prestados à população e que são exemplos a serem implantados em outros órgãos.

São, portanto, atividades, ações ou experiências que resultem em melhorias em processo de trabalho, satisfação do público-alvo ou alcance das metas estratégicas.

O conceito acima reflete o entendimento de boa prática do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Assim, destacam-se as seguintes iniciativas informadas pela Vara analisada, em relação aos seguintes macrodesafios:

#### a) **Garantia dos Direitos de Cidadania.**







Resposta:

*Atendimento a todos os usuários com presteza e cordialidade, observando as regras para os grupos prioritários e preferenciais por lei.*

*Impulso de ofício às reclamações de partes sem advogado, com esclarecimentos e busca de informações necessárias à efetividade da prestação jurisdicional.*

*Utilização de todos os meios disponíveis para atendimento às comunidades atendidas por itinerância.*

*Recebimento de reclamações e documentos por email e whatsapp.*

**b) Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.**

Resposta:

*Notificação de partes por meios eletrônicos, notificação por oficial de justiça para localidades não atendidas pelos correios;*

*Suporte da Justiça Comum e Cartório Eleitoral para notificações e contatos com partes nos municípios distantes da sede.*

*Contatos por telefone com as partes para agilizar tramitação.*

*Prazos curtos para prolação de sentenças de mérito.*

*Adiamento da audiência inaugural por despacho quando alguma das reclamadas não é notificada e não há tempo hábil para nova tentativa de notificação, evitando o deslocamento desnecessário das partes.*

*Uso de ferramentas eletrônicas e/ou processos de terceiros para identificação da dados nos casos de notificações frustradas.*

**c) Adoção de soluções alternativas de conflito.**

Resposta:

*Tentativa de conciliação em todas as fases processuais. Inclusão imediata em pauta quando do comparecimento voluntário das partes para conciliação.*

*Redesignação de audiência quando verificada a possibilidade de composição amigável entre as partes ou necessitando de um tempo maior de tratativas que o disponibilizado no momento da audiência inicial para as partes.*

**d) Gestão de demandas repetitivas e dos grandes litigantes.**

Resposta:

*Centralização de processos em execução para reduzir atos executórios repetitivos.*

*Concentração, sempre que possível, de audiências de processos de uma mesma parte, no mesmo dia para facilitar comparecimento e cooperar na minimização de custos.*

**2. REIVINDICAÇÕES DO JUÍZO (fonte: VT de Presidente Figueiredo)**

Foram apresentadas as seguintes reivindicações pela unidade judiciária:

**- Substituição do piso da secretaria que apresenta desgastes e avarias;**

**- Complementação das obras de manutenção na calha e auditório ainda pendentes;**

**- Manutenção da pintura da vara, especialmente a secretaria;**



- Disponibilização de nobreaks para as estações de trabalho (aguardando atendimento pela SETIC);
- Troca do veículo da vara que é antigo (ano de fabricação xxxxx) de preferência por um modelo que possa circular nos ramais durante o período das chuvas (áreas não atendidas pelos correios);
- Restabelecer o roteador Wi-fi da Vara visto que constantemente os servidores utilizam seus telefones para atendimento aos jurisdicionados, especialmente os que estão em locais de difícil acesso."

## XII – PÓS-CORREIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA

Processo/ Item da ata de correição 2021	Análise da equipe de correição	As determinações foram cumpridas pela Vara?	Ponderações e/ou Determinações da Corregedoria
IV – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E CONCILIAÇÕES -> 1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL -> 1.3. FASE DE EXECUÇÃO -> 1.3.4. Processos arquivados com saldo em conta judicial após 14-02-2019: Determinação	<p>verifica-se que, no relatório extraído do sistema de depósitos judiciais no dia 04/11/2021, constavam 311 contas com saldos pendentes acima de R\$0,01. No relatório de 28/12/2021, constam 31 contas com saldo acima de R\$0,01.</p> <p>Ressalta-se que o relatório não demonstra a realidade em tempo real, bem como que a VT informou e demonstrou inconsistência nos dados apresentados no relatório do sistema de depósitos judiciais, apresentando extratos e explicitando que inexistem saldos nas contas indicadas pelo sistema.</p>	Sim	<p>Determinação cumprida, conforme análise constante do tópico 1.3.5 (Processos arquivados com saldo em conta judicial após 14-02-2019).</p>

## XIII – RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA REGIONAL PUBLICADAS EM 2022

Foram publicadas por esta Corregedoria Regional, no corrente ano, **05 (CINCO) RECOMENDAÇÕES** aos magistrados e servidores, no âmbito do primeiro grau do TRT da 11ª Região, conforme quadro abaixo:

RECOMENDAÇÃO	PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
--------------	------------	---------



Recomendação nº 01/2022/SCR	10/02/2022	Recomenda aos magistrados, no âmbito do primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a adoção de <b>número mínimo de processos para inclusão em pauta de audiências</b> , considerando as atuais informações estatísticas quanto às Varas de Trabalho de Manaus.
Recomendação nº 02/2022/SCR	13/05/2022	Recomenda aos magistrados e servidores membros do <b>Projeto Garimpo</b> , no âmbito do primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, que utilizem o DARF no Código 5891 apenas para processos do Projeto Garimpo.
Recomendação nº 03/2022/SCR	27/05/2022	Recomenda aos magistrados, no âmbito do primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, que observem o disposto no art. 10 do Ato Conjunto nº 06/2022/SGP/SCR, que prevê a realização de <b>audiências de conciliação e de instrução e julgamento no formato presencial</b> , como <b>regra geral</b> , especialmente nos casos de processos com parte no exercício do <i>jus postulandi</i> .
Recomendação nº 04/2022/SCR	27/05/2022	Recomenda aos magistrados, no âmbito do primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, o procedimento a ser adotado quanto à <b>destinação de crédito residual de precatórios e requisições de pequeno valor</b> existente em processos arquivados anteriores a 14/02/2019.
Recomendação nº 05/2022/SCR	02/06/2022	Recomenda aos magistrados, no âmbito do primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, que adotem o <b>formato presencial</b> para realização de <b>audiências em ações de consignação em pagamento</b> , quando a parte consignada estiver no exercício do <i>jus postulandi</i> .

#### XIV – RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES LANÇADAS EM ATA

##### 1. RECOMENDAÇÕES À VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO

Além das ponderações lançadas ao longo da ata, as quais devem ser observadas atentamente pela Vara, seguem também as recomendações a serem cumpridas, conforme tópicos remissivos abaixo relacionados:

- I - ANÁLISE GLOBAL: 2. INFORMAÇÕES FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVAS -> 2.4. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO -> 2.4.2. HORAS DE CAPACITAÇÃO: **Recomendação descrita no item + 3. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO: Recomendação descrita no item;**
- III – ACERVO PROCESSUAL E ITENS DE REGISTRO EM ATA: 2. ITENS DE REGISTRO EM ATA -> 2.1. FASES DE CONHECIMENTO E RECURSAL: **Recomendações descritas nos itens VI, XIII, XVII e XVIII + 2.2. FASES DE LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO: Recomendações descritas nos itens I e VII;**



- IV – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E CONCILIAÇÕES: -> 1.3. FASE DE EXECUÇÃO -> 1.3.2. Prazos Médios: **Recomendação** -> 1.3.5. Processos arquivados com saldo em conta judicial após 14-02-2020: **Recomendação**;
- V – INCIDENTES PROCESSUAIS, RECURSOS PARA O 2º GRAU E CARTAS PRECATÓRIAS: 1. INCIDENTES PROCESSUAIS -> **Recomendação** + 2. RECURSOS PENDENTES DE REMESSA PARA O TRT -> **Recomendação**;
- VI – EXAME DOS PROCESSOS NO SISTEMA PJe: 3. SANEAMENTO: **Recomendações**;
- X – MANDADOS JUDICIAIS, OUVIDORIA E REGISTROS NA CORREGEDORIA: 1. MANDADOS JUDICIAIS: **Recomendação** + 2. SEÇÃO DE OUVIDORIA: **Recomendação**.
- XIII – **RECOMENDAÇÕES** DA CORREGEDORIA REGIONAL PUBLICADAS EM 2022.

## 2. DETERMINAÇÕES À VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO

Além das ponderações lançadas ao longo da ata, as quais devem ser observadas atentamente pela Vara, seguem também as determinações a serem cumpridas, conforme tópicos remissivos abaixo relacionados:

- IV – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E CONCILIAÇÕES -> 1. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL: 1.3. FASE DE EXECUÇÃO -> 1.3.5. Processos arquivados com saldo em conta judicial após 14-02-2019: **Determinação**;
- V – INCIDENTES PROCESSUAIS, RECURSOS PARA O 2º GRAU E CARTAS PRECATÓRIAS: 2. RECURSOS PENDENTES DE REMESSA PARA O TRT -> **Determinação** + 3. CARTAS PRECATÓRIAS -> 3.3. SANEAMENTO: **Determinação**;
- VI – EXAME DOS PROCESSOS NO SISTEMA PJe -> 3. SANEAMENTO: **Determinações**.

## 3. DETERMINAÇÕES À SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Oficiar à **Presidência** acerca das seguintes reivindicações apresentadas pela Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo:

- **Reforma/revitalização da Vara** (“*Substituição do piso da secretaria que apresenta desgastes e avarias; Complementação das obras de manutenção na calha e auditório ainda pendentes; Manutenção da pintura da vara, especialmente a secretaria*”);
- **Disponibilização de nobreaks para as estações de trabalho**;
- **Restabelecer o roteador Wi-fi da Vara**;
- **Troca do veículo da Vara** (“*(...) de preferência por um modelo que possa circular nos ramais durante o período das chuvas*”).

---

## XV – AGRADECIMENTOS E ENCERRAMENTO

---

A Corregedora Regional agradece ao Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular, que, atualmente, responde pela Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo, bem como aos servidores e servidoras, pela atenção e cortesia com que distinguiram toda a equipe da Corregedoria Regional.





A Corregedora Regional parabeniza o Juiz do Trabalho Titular, bem como a equipe de servidores e servidoras, pelo excelente desempenho no cumprimento das metas de 2021 e pelo trabalho diligente no sentido da prestação jurisdicional mais célere e efetiva, o que demonstra comprometimento com os valores e missão da Justiça do Trabalho.

Nos 27 dias do mês de setembro de 2022, às 10h, a Correição Ordinária é encerrada. A Ata vai assinada pela Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho, **MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA**, Corregedora do TRT da 11ª Região, pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular, **SANDRO NAHMIAS MELO**, pela Diretora de Secretaria, **REGINA HELENA LIMA BARROS**, e por mim, **NEREIDA MARTINS LACERDA**, Diretora da Secretaria da Corregedoria Regional do TRT da 11ª Região.

Fica estabelecido o prazo de **20 (vinte) dias** corridos para a Vara do Trabalho demonstrar o cumprimento das determinações prescritas e, para, querendo, oferecer suas considerações sobre o registrado na ata (art. 5º, §2º do Provimento nº 05/2020/SCR). Deverá a Vara demonstrar, da mesma forma, a adoção das recomendações prescritas na presente ata, desta feita no prazo de **60 (sessenta) dias** corridos. Esclarece-se que todas as manifestações deverão ser protocoladas nos respectivos autos do processo de correição no PJeCor. A ata será publicada no DEJT e inserida no site institucional deste Regional.

*Assinado Eletronicamente*

**MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA**

Desembargadora do Trabalho  
Corregedora do TRT da 11ª Região

*Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 952/2022)*

**SANDRO NAHMIAS MELO**

Juiz do Trabalho Titular

*Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 952/2022)*

**REGINA HELENA LIMA BARROS**

Diretora de Secretaria

*Assinado Eletronicamente no E-Sap (DP 952/2022)*

**NEREIDA MARTINS LACERDA**

Diretora da Corregedoria Regional

